



PET 15041 / DF

REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
ADV.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
ADV.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
ADV.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
ADV.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
ADV.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
ADV.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
ADV.(A/S)	: SOB SIGILO
AUT. POL.	: SOB SIGILO

## DECISÃO:

1. Trata-se de representação da Polícia Federal formulada com fundamento nos arts. 125, 240 e 282 e seguintes do Código de Processo Penal, no bojo do Inquérito n.º 2025.0073042, vinculada à PET 14.462, em que se pleiteia a adoção de medidas judiciais contra diversos investigados apontados como integrantes de complexa organização criminosa voltada à dilapidação e ocultação de patrimônio de origem ilícita através da prática de lavagem de capitais no âmbito da “Operação Sem Desconto”.

2. Segundo a autoridade policial, o inquérito teve origem em denúncia noticiando a ocultação de bens provenientes de ampla fraude praticada por meio de descontos associativos fraudulentos em detrimento de aposentados e pensionistas do INSS.

PET 15041 / DF

3. Do material colhido nas diversas diligências, emergem indícios robustos de que os indivíduos inicialmente investigados, ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES e MAURÍCIO CAMISOTTI, atuavam como líderes da estrutura delitiva, promovendo o branqueamento de milhões de reais provenientes dos descontos indevidos.

4. A investigação passou, então, para estágio de rastreamento dos valores (*follow the money*), identificando a existência de pessoas físicas interpostas; empresas de fachada; ramificações nacionais e internacionais; mecanismos de blindagem patrimonial; uso de dinheiro em espécie para abastecimento de agentes políticos; integralização de capital em novos empreendimentos com aparência lícita (“fase de integração” da lavagem).

5. A Polícia Federal aponta que as associações controladas pelos líderes movimentaram uma quantia bilionária (fls. 7-8), com franco prejuízo às vítimas — em geral, idosos de baixa renda, residentes em áreas rurais, que recebiam benefícios de até dois salários-mínimos.

6. Com o aprofundamento das diligências, foi identificada a existência de núcleos funcionais que compunham a organização criminosa. São eles o núcleo administrativo, o núcleo financeiro, o núcleo empresarial, o núcleo de servidores públicos, e o núcleo político.

7. Diversos novos investigados surgiram a partir da análise de dispositivos eletrônicos apreendidos, cruzamento de dados bancários, planilhas internas de grupos específicos da organização, depoimentos e informações do COAF.

8. A Polícia Federal destaca, ainda, que os principais investigados mantinham vínculos estreitos com agentes políticos, especialmente um Senador da República, que figuraria como “sustentáculo político” da operação criminosa, o que ampliava a capacidade de influência e blindagem institucional do grupo.

PET 15041 / DF

9. Aponta-se que, após a deflagração da “Operação Sem Desconto”, em abril de 2025, ANTÔNIO CAMILO enfrentou desgaste reputacional e passou a atuar de modo mais discreto. Seu filho, ROMEU ANTUNES, teria assumido papel de destaque, conduzindo negociações, estruturando novas empresas, intermediando contato com outros investigados e mantendo a continuidade da lavagem de capitais, inclusive no exterior.

10. À luz dos novos elementos colhidos, a Polícia Federal requer a decretação de prisão preventiva dos seguintes investigados: *(i)* ROMEU CARVALHO ANTUNES; *(ii)* THIAGO SCHETTINI BATISTA; *(iii)* DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO; *(iv)* ADELINO RODRIGUES JUNIOR; *(v)* RUBENS OLIVEIRA COSTA; *(vi)* ALEXANDRE CAETANO; *(vii)* MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR; *(viii)* ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS; *(ix)* PAULO GABRIEL NEGREIROS; *(x)* ALEXANDRE GUIMARÃES; *(xi)* MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR; *(xii)* RODRIGO MORAES; *(xiii)* GUSTAVO MARQUES GASPAR; *(xiv)* ADROALDO DA CUNHA PORTAL; *(xv)* HÉLIO MARCELINO LORENO; *(xvi)* WEVERTON ROCHA MARQUES DE SOUZA.

11. Em relação aos investigados a seguir, o pedido formulado pela autoridade policial é de monitoração eletrônica: *(a)* CRISTIANA ALCANTARA ALVES ZAGO; *(b)* ERICK JANSON VIEIRA MONTEIRO MARINHO; *(c)* ALEXANDRE MOREIRA; *(d)* ALDO LUIZ FERREIRA; *(e)* HEITOR SOUZA CUNHA; *(f)* ROBERTA LUCHSINGER; *(g)* DANIELLE MIRANDA FONTENELES; *(h)* SILVIO ROBERTO MACHADO FEITOZA.

12. A autoridade policial, também, requer as seguintes medidas judiciais diversas da prisão:

a) Afastamento cautelar do investigado ADROALDO, do exercício da função de Secretário-Executivo do Ministério

PET 15041 / DF

da Previdência Social;

b) Afastamento cautelar do servidor MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR (CPF 028.008.824-84) do exercício da função de Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;

c) Afastamento cautelar de HEITOR SOUZA CUNHA (CPF 351.994.068-20) do exercício das suas funções na Caixa Econômica Federal.

13. Por fim, a autoridade policial apresenta requerimento de: *(i)* compartilhamento dos elementos informativos levantados em desfavor de MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR ao INSS, para apuração disciplinar de suas condutas enquanto exercia o cargo de Superintendente do INSS no Nordeste; *(ii)* compartilhamento dos elementos informativos levantados em desfavor de ALEXANDRE GUIMARÃES ao INSS, para apuração disciplinar de suas condutas enquanto exercia o cargo de Diretor da Autarquia; *(iii)* compartilhamento dos elementos informativos levantados em desfavor de VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO ao INSS, para apuração disciplinar de suas condutas enquanto exercia funções de confiança na Autarquia; *(iv)* compartilhamento dos elementos informativos levantados em desfavor de ALESSANDRO STEFANUTTO ao INSS, para apuração disciplinar de suas condutas enquanto exercia funções de confiança na Autarquia; *(v)* compartilhamento dos elementos informativos levantados em desfavor de ANDRÉ FIDELIS ao INSS, para apuração disciplinar de suas condutas enquanto exercia funções de confiança na Autarquia; *(vi)* compartilhamento dos elementos informativos levantados em desfavor de HEITOR SOUZA CUNHA à Caixa Econômica Federal, para apuração disciplinar de suas condutas enquanto exercia o cargo de Diretor Executivo da Caixa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (CAIXA DTVM); *(vii)* expedição de ofício à ANVISA, para instauração de apuração administrativa destinada à verificação de eventuais

**PET 15041 / DF**

irregularidades praticadas por servidores públicos no Processo nº 25.351.912833/2022-80, relativo à revisão da RDC nº 327/2019, bem como em outros processos administrativos cujo interesse seja atribuído às pessoas jurídicas World Cann (CNPJ 50.442.926/0001-05) e Equity Pharma Ltda. (CNPJ 58.948.264/0001-51); *(viii)* expedição de ofício à Polícia Civil e ao Ministério Público do Estado de São Paulo, para apuração de eventual irregularidade na contratação da empresa MBR Editora Ltda. (CNPJ 08.532.854/0001-20) pela Prefeitura de Capivari (Ata de Registro de Preços nº 153/2024 – Pregão Eletrônico nº 130/2024) e pela Prefeitura de Boituva (Pregão Presencial nº 35/2023; Contrato LC nº 108/2023); *(ix)* autorização para a instauração de inquéritos policiais relativos às associações vinculadas a ANTÔNIO CAMILO, DOMINGOS e HELIO, identificadas na presente representação policial e que ainda não são objeto de investigação formal.

14. Dada vista à Procuradoria-Geral da República, o MPF se manifestou, nos seguintes termos:

a) pelo deferimento do pedido de prisão preventiva de Romeu Carvalho Antunes, Tiago Schettini Batista, Domingos Sávio de Castro, Adelino Rodrigues Júnior, Rubens Oliveira Costa, Alexandre Caetano dos Reis, Milton Salvador de Almeida Júnior, Eric Douglas Martins Fidelis, Paulo Gabriel Negreiros, Alexandre Guimarães, Rodrigo Moraes, Gustavo Marques Gaspar e Hélio Marcelino Loreno;

b) pela decretação da prisão preventiva, em acréscimo às requeridas pela autoridade policial, de Alexandre Moreira da Silva, Sílvio Roberto Machado Feitoza e Aldo Luiz Ferreira;

c) pelo indeferimento da prisão preventiva de Marcos de Brito Campos Júnior, Adroaldo da Cunha Portal e do Senador da República Weverton Rocha Marques de Sousa;

PET 15041 / DF

d) pela perda de objeto do monitoramento eletrônico para Alexandre Moreira da Silva, Aldo Luiz Ferreira e Sílvio Roberto Machado Feitoza, diante da decretação de prisão preventiva;

e) pelo deferimento do monitoramento eletrônico de Cristiana Alcântara Alves Zago, Erik Janson Vieira Monteiro Marinho, Heitor Souza Cunha, Adroaldo da Cunha Portal e Marcos de Brito Campos Júnior;

f) pelo indeferimento do monitoramento eletrônico de Roberta Luchsinger e Danielle Miranda Fonteles;

g) pela decretação da proibição de ausentar-se do país, com entrega de passaporte, e de manter contato com outros investigados - ressaltados vínculos familiares ou profissionais - para Cristiana Alcântara Alves Zago, Erik Janson Vieira Monteiro Marinho, Heitor Souza Cunha, Adroaldo da Cunha Portal, Marcos de Brito Campos Júnior, Roberta Luchsinger, Danielle Miranda Fonteles, Victor Infante Aiello e Daniel Orsini de Azevedo;

h) pelo afastamento cautelar do cargo público exercido por Adroaldo da Cunha Portal, Marcos de Brito Campos Júnior e Heitor Souza Cunha, a fim de resguardar a moralidade administrativa e impedir interferências no ambiente institucional associado aos fatos;

i) pelo compartilhamento dos elementos com o INSS, para apuração disciplinar relativa a Marcos de Brito Campos Júnior, Alexandre Guimarães, Virgílio Antônio Ribeiro, Alessandro Stefanutto e André Fidelis;

j) pelo compartilhamento condicionado com Caixa Econômica Federal, Anvisa, Polícia Civil e Ministério Público do Estado de São Paulo, precedido de adensamento probatório mínimo, a fim de evitar frustração de diligências e vazamento prematuro de informações sensíveis;

k) pela instauração de inquéritos policiais voltados às associações vinculadas a Antônio Camilo, Domingos Sávio de Castro e Hélio Marcelino Loreno, bem como ao esquema

PET 15041 / DF

estruturado no âmbito da Caixa.

Opina-se, ainda, pela permanência inicial dessas frentes investigativas na jurisdição do Supremo Tribunal Federal, diante de menções que sugerem possível envolvimento de parlamentar detentor de foro por prerrogativa de função.

**Decido.**

## **I. Premissas fáticas | descrição das condutas dos investigados**

15. Os autos reúnem diversos elementos de prova, dentre os quais destacam-se mensagens eletrônicas trocadas entre integrantes da organização criminosa que atestam a prática de operações de lavagem de dinheiro, de ocultação patrimonial e de continuidade dos ilícitos mesmo após o início das investigações e operações deflagradas para cessar os ilícitos.

16. A autoridade policial descreve, com riqueza de detalhes, o papel individual de cada um dos investigados em relação aos quais há pedido de decretação de prisão preventiva e de monitoração eletrônica, cujas condutas passo a analisar individualmente:

### **ROMEU CARVALHO ANTUNES (CPF 060.644.331-24)**

17. Conforme se extrai dos elementos constantes da representação policial, o investigado ROMEU CARVALHO ANTUNES é filho de ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES, apontado como o principal articulador do esquema criminoso dos descontos associativos fraudulentos e integrante do núcleo administrativo. A partir da deflagração da “Operação Sem Desconto” e do desgaste público enfrentado por seu pai, ROMEU passou a atuar como preposto e sucessor operacional. ROMEU teria assumido os seguintes papéis na organização

**PET 15041 / DF**

criminosa: *(i)* gestão de empresas utilizadas na lavagem, como a WORLD CANNABIS, BSB CONSULTING e AMIGO CENTER; *(ii)* criação de novas pessoas jurídicas para substituição de empresas vinculadas ao pai, como V4NK Soluções e 4RCK3R Soluções; *(iii)* intermediação de comunicação entre ANTÔNIO e demais investigados, burlando determinação judicial que impedia contatos; *(iv)* dilapidação e ocultação de bens, incluindo veículos de luxo, embarcações e imóveis; *(v)* condução de negociações no exterior, especialmente nos EUA e Portugal; *(vi)* encaminhamento de ordens de pagamento, entrega de documentos e regularização de empresas.

18. Os trechos extraídos do celular de ANTÔNIO e de outros investigados (por exemplo, aqueles contidos nas fls. 22-30, 32-36, 38, 41, 44, 48, 51), demonstram que ROMEU assumiu papel estratégico, tornando-se o principal operador administrativo da organização criminosa em fase de reorganização. No desempenho da função de gestor de negócios ilícitos do pai, ROMEU comandava reuniões com notários nos EUA; procedia à abertura de novas empresas destinadas a substituir entidades comprometidas; movimentava recursos em espécie retirados de cofres (“peguei 360 no cofre” – fl. 27); organizava quadros de funcionários e exames admissionais para a AMIGO CENTER; dentre outras atividades.

19. ROMEU também participava ativamente em operações de lavagem de capitais, o que pode ser evidenciado pela criação de empresas de fachada; simulação de operações imobiliárias (imóvel no Batel/Curitiba); participação em compras e vendas via concessionária AIELO Motors, utilizada como canal de ocultação patrimonial. Ademais, ROMEU dolosamente descumpria restrição judicial imposta ao pai, haja vista que servia de ponte para a comunicação entre ANTÔNIO e investigados como RUBENS, DOMINGOS e ALEXANDRE GUIMARÃES.

PET 15041 / DF

## TIAGO SCHETTINI BATISTA (CPF 708.741.231-00)

20. No contexto do presente inquérito, TIAGO SCHETTINI BATISTA surge como figura de especial relevo no núcleo administrativo-político da organização criminosa capitaneada por ANTÔNIO CAMILO. A análise de mensagens extraídas dos celulares de diversos investigados (fls. 41, 43-47, 51, 55-56, 60, 64, 66-67 dentre outras), aliada aos documentos eletrônicos apreendidos e aos relatórios financeiros encaminhados pelo COAF, revela que TIAGO não se limitava a exercer função secundária, mas possuía status equivalente ao próprio ANTÔNIO, ainda que atuasse com maior cautela na ocultação de sua participação.

21. Tal discricção não é casual. Conforme registrado pela Polícia Federal, TIAGO já figurara como investigado em inquérito anterior envolvendo fraudes no DNIT, razão pela qual os demais integrantes evitavam mencioná-lo de forma explícita nas comunicações. Esse comportamento demonstra não apenas a intenção de blindá-lo, mas, também, o reconhecimento de que sua posição dentro do grupo demandava ocultação para evitar detecção por órgãos de persecução penal.

22. Dentro da engrenagem criminosa, TIAGO exercia uma função típica de coordenador operacional e articulador financeiro, participando tanto de decisões estruturais — como formação de empresas com contratos simulados, participações societárias clandestinas e gestão de pagamentos — quanto de operações cotidianas de lavagem, como a emissão de notas frias, repasses, recebimento de valores e aquisição de participação em empresas formalmente legítimas, mas financiadas com recursos ilícitos.

**PET 15041 / DF**

23. Não se tratava de mero colaborador: as mensagens revelam que sua atuação influenciava diretamente a condução de negócios essenciais ao funcionamento da organização criminosa, incluindo aqueles voltados à continuidade da fraude após o desgaste público de ANTÔNIO CAMILO.

24. A participação de TIAGO no esquema criminoso manifesta-se de maneira contínua e multifacetada, sempre voltada à ocultação da origem ilícita dos recursos e à expansão dos negócios estruturados a partir dos descontos fraudulentos aplicados aos benefícios do INSS.

25. As conversas recuperadas vão além de meros diálogos: revelam o manejo consciente e deliberado de edificação de estruturas de lavagem. A PF demonstra, ainda, que TIAGO participou da formação de empresas utilizadas para dar aparência de legalidade às operações financeiras, como no caso da ACDS Call Center Ltda., em que sua participação societária era formalizada por contrato de gaveta, mantido oculto para evitar vinculação formal. O próprio ANTÔNIO confirma, em áudio (fl. 44), que dividiria com TIAGO dois terços das cotas destinadas ao ramo, evidenciando que este não apenas participava dos lucros, mas era coproprietário de fato de uma estrutura montada para reciclar os valores indevidos apropriados pela organização.

26. Diversas transações financeiras foram articuladas diretamente por TIAGO. Entre elas, destaca-se a participação na aquisição da empresa BLACKBULL Comércio e Serviços de Informática Ltda., cujo valor total ultrapassou um milhão de reais. Parte significativa das parcelas foi paga por ANTÔNIO, em substituição a TIAGO, mas sempre com posterior “acerto de contas” entre ambos — dinâmica que confirma a existência de vínculo societário oculto e revela o esforço para evitar rastreamento patrimonial.

27. Em múltiplas oportunidades, TIAGO aparece determinando valores a serem pagos, enviando notas fiscais para viabilizar transações,

**PET 15041 / DF**

solicitando dados bancários de ANTÔNIO e recebendo comprovantes de pagamentos feitos em seu benefício ou de sua responsabilidade. Em uma das mensagens, chega a afirmar que “os caras estão me enchendo o raio do ovo para pagar isso agora” (fls. 45), denotando que era ele o responsável direto por diferentes compromissos financeiros da organização.

28. Outro dado relevante é a utilização da empresa ACCA Consultoria, controlada por ANTÔNIO, mas, também, utilizada por TIAGO como veículo para emissão de notas fiscais referentes a supostos serviços inexistentes, simulando receitas e permitindo circulação de capital ilícito (fl. 49). A emissão de notas fiscais combinadas — ora pela ACCA, ora pela PROSPECT — demonstra que havia um sistema coordenado para dar lastro fictício a vultosos repasses.

29. As mensagens também indicam envolvimento com supostos contratos de prestação de serviços com empresas do ramo funerário, como no caso da Memorial *International* Assistência Funerária Ltda., cuja assinatura dependia da “validação” de TIAGO, revelando sua autoridade dentro do esquema (fl. 62).

30. Não menos relevante é o fato de que bens imóveis aparecem vinculados a ele, como o imóvel localizado na QI 3 do Lago Sul (fls. 138-139). Esse dado reforça que TIAGO, além de beneficiar-se do esquema, possuía patrimônio cuja origem e movimentação demandam investigação aprofundada.

31. Em suma, sua participação não era episódica ou acessória, mas estrutural e contínua.

## **DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (CPF 327.327.161-20)**

32. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO emerge no conjunto probatório apresentado pela Polícia Federal como figura integrante do

PET 15041 / DF

núcleo administrativo da organização criminosa. Sua atuação não se limita a tarefas periféricas: as comunicações inseridas no material apreendido demonstram que DOMINGOS mantinha relação estreita com ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES e exercia papel de parceiro de negócios, particularmente na condução de empresas utilizadas como instrumentos de dissimulação patrimonial e lavagem de capitais.

33. A empresa ACDS, frequentemente mencionada nas conversas extraídas do celular de ANTÔNIO e transmitidas por intermédio de seu filho ROMEU a DOMINGOS SÁVIO (fl. 29), possui, inclusive, denominação sugestiva (“A C — de ANTÔNIO CARLOS, D S — de DOMINGOS SÁVIO), indicando a natureza associativa e integrada de sua relação. O investigado também aparece como beneficiário de repasses, receptor de parcelas relativas a ajustes societários e participante de encontros destinados a alinhar estratégias empresariais utilizadas para justificar movimentações financeiras de origem ilícita.

34. A narrativa fática apresentada pela Polícia Federal demonstra que DOMINGOS SÁVIO não apenas participava das tratativas comerciais, mas contribuía ativamente para a manutenção do esquema criminoso. As conversas por meio de mensagens de *whatsapp* revelam que DOMINGOS esteve diretamente envolvido na construção e manutenção do empreendimento ACDS (fls. 29, 47), cujo propósito era, sob aparência de um *call center* ou empresa de consultoria, servir de base operacional para reinserção de capital ilícito oriundo dos descontos associativos fraudulentos. Em áudio enviado por ANTÔNIO a DOMINGOS, por intermédio de ROMEU, fica claro que havia acerto prévio de valores entre ambos, que totalizariam, aproximadamente, R\$ 7 milhões, aos quais se somaria um “abatimento” referente à compra de parte societária, no valor de aproximadamente R\$ 553 mil (fl. 29).

PET 15041 / DF

35. Essa dinâmica evidencia não apenas uma vinculação estável entre eles, mas uma relação marcada por transações fictícias, utilizadas para dar aparência de legitimidade ao retorno de recursos ilícitos ao circuito financeiro. O referimento constante a recibos, “regularizações contábeis” e “ajustes de contrato” reforça que a finalidade das operações não era econômica, mas exclusivamente destinada à manutenção do processo de lavagem.

36. DOMINGOS também figura como coexecutor das reformas e investimentos necessários à instalação do suposto *call center*, tendo arcado com diversas despesas posteriormente “acertadas” com ANTÔNIO, mediante encontro de contas (fls. 46).

37. A autoridade policial ressalta que, além da ACDS, DOMINGOS participava de outras frentes de negócios com ANTÔNIO, sempre sob a mesma lógica: empresas sem atividade real, criadas para justificar repasses elevados, cuja origem real provinha de descontos ilegais aplicados sobre benefícios previdenciários de milhares de segurados.

38. Também se destaca a atuação de DOMINGOS como beneficiário direto de repasses vultosos, como do valor de R\$ 511 mil “e uns quebrados”, depositado conforme instruções de ANTÔNIO (fl. 54). Essa quantia aparece associada à divisão de lucros oriundos de operações possivelmente fictícias, todas conectadas ao sistema de lavagem de capitais.

39. A análise da tabela juntada nas fls. 827-835 da representação policial, por sua vez, permite identificar trechos do extrato bancário de DOMINGOS SÁVIO. Nela é possível encontrar, segundo destaca a autoridade policial, “movimentações de entrada e saída de recursos na conta de DOMINGOS, envolvendo pessoas e entidades relacionadas ao contexto investigativo, tais como ABRASPREV, ADELINO, HÉLIO, KEEPER, POLIANA, THAISA, ACDS, PROSPECT e UNASPUB” (fl. 827).

PET 15041 / DF

## ADELINO RODRIGUES JUNIOR (CPF 727.462.111-49)

40. ADELINO RODRIGUES JUNIOR figura, no contexto desta investigação, como integrante relevante do núcleo administrativo associado a ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES. Sua participação é analisada conjuntamente com a de DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO, o que já revela — de início — que não se trata de personagem periférico, mas de indivíduo com atuação estruturada em atividades destinadas à ocultação, movimentação e reintegração de valores ilícitos.

41. Embora não ostente a mesma expressão política ou capacidade de interlocução externa atribuída a outros investigados, ADELINO desempenhava função fundamental: a operacionalização do fluxo financeiro interno do esquema, auxiliando diretamente ANTÔNIO em negócios que envolviam empresas fictícias, repasses dissimulados, contratos simulados e ajustes contábeis elaborados para afastar o rastro da origem criminosa dos recursos.

42. A Polícia Federal descreve um conjunto de condutas que apontam a participação ativa de ADELINO na manutenção e desenvolvimento das atividades da organização criminosa.

43. Em primeiro lugar, evidencia-se sua presença no núcleo de administração das empresas utilizadas para dissimular receitas ilícitas. ADELINO, que também atuava como procurador da CBPA (fl. 825), era responsável por operações sensíveis envolvendo a circulação de valores provenientes dos descontos fraudulentos aplicados sobre benefícios do INSS. Sua atuação se entrelaça com aquela praticada por DOMINGOS, especialmente nas empresas utilizadas como interface entre ANTÔNIO CAMILO e o mercado formal.

44. O material apreendido demonstra que ADELINO participava de ajustes societários, repasses internos e regularizações de contratos, sendo a ele atribuída a missão de auxiliar na ocultação da real

**PET 15041 / DF**

titularidade dos valores movimentados. No período de janeiro a outubro de 2024, ADELINO recebeu de DOMINGOS SÁVIO quase quatro milhões de reais em PIX, o que corrobora a atuação financeira recorrente entre os dois (fl. 835). E ADELINO chega a mencionar para a esposa de DOMINGOS SÁVIO que trabalhava “com o DOMINGOS” (fl. 837)

45. A Polícia Federal junta procuração por instrumento público outorgada por DOMINGOS SÁVIO em favor de ADELINO para que este último tivesse amplos poderes para exercer os mais variados atos da vida civil em nome do outorgante (fl. 842)

46. Em adição, sua atuação exhibe forte conexão com operações típicas da segunda fase da lavagem (ocultação), mediante: participação em empresas utilizadas para emitir notas fiscais fictícias; presença em negociações destinadas a mascarar entradas e saídas de capital; atuação em repasses vinculados a serviços inexistentes.

47. As mensagens analisadas também indicam que ADELINO, em atendimento à solicitação de DOMINGOS, providenciou um cofre em dezembro de 2023 e que, em janeiro de 2024, tirou uma foto demonstrando que estava armazenando mais de 500 mil reais no referido local.

48. Há, ainda, elementos que apontam a participação de ADELINO em decisões de natureza estratégica nas empresas controladas por ANTÔNIO CAMILO, especialmente naquelas voltadas à manutenção da fachada empresarial necessária ao ciclo contínuo de lavagem. Em muitos casos, cabia a ele garantir que as operações aparentassem lastro contábil, mesmo quando inexistente.

49. Esse comportamento reforça o risco de continuidade delitiva e a consciência do investigado quanto à ilicitude das práticas — o que, ao menos em análise preliminar, afasta qualquer hipótese de participação meramente eventual ou culposa.

PET 15041 / DF

## RUBENS OLIVEIRA COSTA (CPF 858.951.721-72)

50. O investigado RUBENS OLIVEIRA COSTA ocupa posição de destaque no núcleo administrativo-financeiro da organização criminosa, atuando como uma espécie de gerente operacional de ANTÔNIO CAMILO. Sua função, como demonstra a Polícia Federal, era assegurar a execução diária das operações de lavagem de capitais, gerenciar pagamentos, operacionalizar contratos simulados, intermediar repasses a outros integrantes da ORCRIM e garantir o funcionamento contínuo das empresas utilizadas como veículos para movimentação de recursos ilícitos.

51. Trata-se de figura central, com trânsito direto entre ANTÔNIO, TIAGO SCHETTINI, DOMINGOS SÁVIO e outros investigados. RUBENS assume papel de executor, responsável por implementar, sob a orientação direta de ANTÔNIO CAMILO, operações ligadas às empresas de fachada deste último. Sua participação é revelada não apenas pelo volume de comunicações interceptadas, mas pela profundidade e amplitude de responsabilidades atribuídas a ele no cotidiano do grupo.

52. A leitura do material apreendido revela, com clareza, que RUBENS atuava como “homem de confiança” de ANTÔNIO CAMILO, desempenhando diversas tarefas essenciais ao funcionamento da organização criminosa. RUBENS tinha, por exemplo, como uma de suas atribuições a de viabilizar o saque de elevadas quantias da conta bancária de titularidade da empresa PROSPECT controlada por ANTONIO CAMILO (fls. 155-158).

53. Desde o início das conversas analisadas, há fortes evidências de que RUBENS era o responsável por executar repasses financeiros, muitas vezes em nome de empresas vinculadas a ANTÔNIO, como a ACCA Consultoria, a Prospect Consultoria e a Vênus Consultoria. Os

PET 15041 / DF

comprovantes de transferência enviados a ANTÔNIO, e, muitas vezes, também a TIAGO, mostram que RUBENS gerenciava pagamentos vultosos, com especial destaque para as seguintes operações: transferência de R\$ 30.600,00, ligada ao aeroporto Campo de Marte (fl. 41); pagamento de parcelas da compra da empresa *Blackbull* (fls. 54-58); repasses mensais para contratos simulados de seguro de vida, assistência funeral, telemedicina e bases de dados (fls. 59-62); e, pagamentos a mando de TIAGO SCHETTINI, realizados via emissão de notas fiscais oriundas da ACCA tendo a CBPA como tomadora de supostos serviços (fl. 56).

54. Além disso, RUBENS tinha acesso e controle da documentação societária das empresas utilizadas no esquema, sendo ele o responsável por solicitar contratos, minutas de alteração, dados de sócios e informações (fls. 65, 77). Em diversos momentos, surge como operador direto da regularização ou simulação de contratos empresariais criados para justificar o trânsito de dinheiro ilícito (fl. 73). Essa função administrativa revela seu papel indispensável na manutenção da infraestrutura documental da organização criminosa.

55. A Polícia Federal destaca, ainda, que RUBENS participava da emissão de notas fiscais fictícias, destinadas a criar lastro para a lavagem de dinheiro. Em diversas comunicações, ele solicita a TIAGO ou ANTÔNIO autorização para emitir NF de serviços inexistentes, envolvendo valores milionários. Essas notas, em regra, simulavam atividades como: intermediação de seguro de vida; assistência funeral; consultoria financeira; monitoramento de base de dados; serviços de telemedicina.

56. Tais operações tinham como objetivo mascarar a verdadeira origem dos valores — descontos associativos fraudulentos realizados contra idosos e pensionistas do INSS.

**PET 15041 / DF**

57. Do ponto de vista probatório, destaca-se que RUBENS também participava da ocultação de bens, ajudando ANTÔNIO a regularizar documentos vinculados a veículos de luxo, incluindo automóveis adquiridos por meio da concessionária Aielo Motors.

58. Por fim, merece menção o fato de que RUBENS atuava como intermediador direto entre ANTÔNIO e diversos outros integrantes, transmitindo recados, instruções e cobranças. Em várias situações, é possível verificar que ANTÔNIO utilizava RUBENS como interlocutor para continuar conversando com investigados.

59. Essa conduta não apenas demonstra consciência da ilicitude das ações, mas evidencia tentativa deliberada de manter a coesão do esquema criminoso.

## **ALEXANDRE CAETANO DOS REIS (CPF 287.157.991-15)**

60. ALEXANDRE CAETANO integra o núcleo administrativo-financeiro da organização criminosa desvendada, ao lado de ANTÔNIO CAMILO e RUBENS COSTA. Sua figura é especialmente relevante, porque aparece em comunicações sensíveis envolvendo o contato com investigados (fls. 252-254), o gerenciamento financeiro, o controle de pagamentos (fl. 102) e a intermediação de operações utilizadas para blindagem patrimonial (fls. 742, 744-745) dos valores ilícitos obtidos pela fraude contra os beneficiários do INSS.

61. De acordo com a representação da Polícia Federal:

“Alexandre Caetano dos Reis atuou como contador de diversas empresas vinculadas a Antônio Carlos Camilo Antunes e figura como sócio da Camilo & Antunes *Limited* (RPDL Ltd.), sediada nas Ilhas Virgens Britânicas, na qual Antônio exerce a função de procurador e representante legal. Essa empresa foi responsável pela aquisição de

PET 15041 / DF

quatro imóveis no Brasil, cujo valor total alcança R\$ 11.050.000,00, evidenciando sua centralidade na estratégia de internacionalização e ocultação patrimonial do grupo". (fl. 191)

62. A Polícia Federal demonstra que ALEXANDRE CAETANO atuava como funcionário de confiança de ANTÔNIO, tendo acesso direto a planilhas internas, documentos estratégicos e operações sensíveis do esquema. Suas conversas com RUBENS e ANTÔNIO indicam que ele participava diretamente da execução de tarefas relacionadas ao fluxo financeiro do grupo, inclusive em operações que envolviam valores elevados, aquisição ou negociação de veículos e organização de pagamentos destinados à lavagem. Ao fazer referência à empresa VENUS CONSULTORIA & ASSESSORIA EMPRESARIAL S/A, sociedade utilizada para a prática de ilícitos relacionados à "Operação Sem Desconto", a autoridade policial subscritora da representação policial assim relata:

"A empresa utiliza o e-mail financeiro@prospect-consultoria.com, vinculado à PROSPECT CONSULTORIA, e conta com ALEXANDRE CAETANO DOS REIS (CPF: 287.157.991-15) como contador responsável." (fl. 390)

63. ALEXANDRE também é mencionado no contexto das conversas que tratam do arquivo "GRUPO SENADOR WEVERTON", o que foi encontrado em dispositivos de ALEXANDRE e RUBENS, reforçando sua proximidade com o centro de decisões da organização e com os agentes políticos envolvidos (fls. 10-11).

64. As condutas ilícitas de ALEXANDRE CAETANO emergem tanto de sua atuação administrativa quanto da gestão financeira operacional. O material fornecido pela PF revela que ALEXANDRE participava de diversas tarefas que, somadas, compunham importantes etapas do processo de lavagem de capitais.

**PET 15041 / DF**

65. Outro aspecto relevante é seu envolvimento com a empresa Vênus Consultoria e Assessoria Empresarial S.A., sociedade utilizada para formalização de contratos simulados, emissão de notas fiscais frias e recepção de recursos oriundos dos descontos indevidos aplicados aos benefícios previdenciários. ALEXANDRE CAETANO era o contador responsável da referida sociedade empresária (fl. 390).

66. O papel estratégico de ALEXANDRE torna-se ainda mais evidente quando analisados os diálogos que se referem ao relacionamento político dos investigados: registros encontrados entre seus arquivos e os de RUBENS incluem planilha com referência ao Senador WEVERTON ROCHA, identificado pela Polícia Federal como núcleo político que viabilizaria as atividades de ANTÔNIO CAMILO (fls. 10-11). Esse teor demonstra que ALEXANDRE não apenas participava das operações financeiras, mas também manejava aspectos sensíveis envolvendo articulação política e distribuição de recursos.

**MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR (CPF 276.194.191-87)**

67. O investigado MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR integra o núcleo administrativo da organização criminosa que tem como um dos líderes ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES. Sua participação nas atividades ilícitas está amplamente documentada no material apreendido pela Polícia Federal, especialmente no conteúdo extraído de seu próprio aparelho celular, analisado no Laudo n.º 463/2025 – SETEC/SR/PF/DF, que serviu como fonte de inúmeras correlações entre MILTON e as operações de lavagem de capitais em curso.

68. Os elementos constantes nos autos indicam que MILTON, que se tornou sócio de empresas vinculada a ANTÔNIO CAMILO (fl. 193), desempenhava a função de gestor operacional subordinado, atuando

**PET 15041 / DF**

como elo entre administradores intermediários (como RUBENS e ALEXANDRE CAETANO) e as determinações emanadas por ANTÔNIO CAMILO. Sua atuação se evidenciava no acompanhamento cotidiano das empresas envolvidas no esquema, no monitoramento de demandas internas, no envio de recursos por movimentações bancárias e no suporte à realização de operações destinadas à continuidade das atividades criminosas.

69. A análise das comunicações (fls. 192-197, 200-202, 205-207) demonstra que MILTON atuava no gerenciamento de operações administrativas, na supervisão de funcionários e no cumprimento de ordens relacionadas à organização e manutenção dos empreendimentos de fachada utilizados para dar aparência de legalidade às operações ilícitas.

70. A Polícia Federal identifica diversas condutas de MILTON que, somadas, revelam participação ativa na engrenagem criminosa. Era executante das atividades internas das empresas utilizadas no esquema. Tal atuação demonstra que ele participava da operacionalização do ciclo de lavagem, garantindo que as estruturas montadas permanecessem funcionais.

71. Além disso, MILTON aparece envolvido em tratativas relacionadas à movimentação de valores. Ainda que, em alguns casos, não seja ele quem diretamente realiza as transferências, resta clara sua ciência e participação na logística financeira necessária à continuidade do esquema. É citado como receptor de recursos e como a pessoa que “pediu para sair” (fl. 23), conforme mensagem de ANTÔNIO CAMILO no áudio enviado a RUBENS. Isso demonstra que MILTON estava tão inserido no núcleo interno da organização que sua saída demandava reorganização das tarefas internas.

**PET 15041 / DF**

72. Diversos diálogos comprovam sua proximidade operacional com RUBENS COSTA. Ambos compartilham informações a respeito de contratos, condução de atividades empresariais e solicitações de documentos relacionados às empresas utilizadas pelo grupo. A presença de MILTON no fluxo de comunicação demonstra que ele participava diretamente da engrenagem de manutenção das frentes empresariais, o que é essencial para caracterizar sua participação na prática de lavagem de capitais, especialmente nas fases de ocultação e integração.

73. Um ponto de especial relevância é o fato de que MILTON tinha acesso e participação no núcleo de informações internas provenientes do grupo. Vários diálogos revelam que ele tinha ciência da extensão da fraude, da origem ilícita dos valores movimentados e do envolvimento de agentes políticos e outras figuras relevantes no esquema.

#### **ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS (CPF 860.821.981-91)**

74. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS, integrante do núcleo de servidores vinculado a ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES, conforme indicado expressamente no sumário da Representação Policial (item 2.1.6), é filho do ex-diretor do INSS ANDRÉ FIDELIS também investigado na “Operação Sem Desconto”.

75. A Polícia Federal inclui ERIC no conjunto de servidores públicos ou colaboradores internos que teriam atuado em funções operacionais essenciais para viabilizar a atuação do grupo criminoso junto às estruturas do INSS, especialmente no contexto dos descontos associativos fraudulentos e na manutenção das rotinas administrativas que permitiram a continuidade da fraude em escala nacional.

76. No tocante a ERIC, a PF apresenta mensagens trocadas entre RUBENS COSTA e ALEXANDRE CAETANO que geram fortes indícios

PET 15041 / DF

de que ERIC recebe pagamentos vultosos da organização criminosa e que era filho de “alguém do INSS” (fls. 269-270). Era mencionado pelo grupo como “um parceiro de negócios” (fl. 268), do “pessoal de Pernambuco” “para tratar de mais uma S/A”. (fl. 269).

77. As notas fiscais acostadas nas fls. 271-276, 278, 282, 290, 313-314 e 318-320 da representação demonstram que ERIC, por meio de sua empresa ERIC FIDELIS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, recebia valores da empresa de fachada de ANTÔNIO CAMILO denominada PROSPECT por supostos honorários advocatícios. O mesmo fato se deu por meio da empresa INNOVAR COMÉRCIO (fl. 277), da empresa BRÁSILIA CONSULTORIA EMPRESARIAL S/A (fl. 314) e da ACCA CONSULTORIA (fl. 316). Especificamente sobre a INNOVAR, a peça da representação informa o seguinte:

Vale frisar que a INNOVAR COMÉRCIO ATACADISTA E ASSESSORIA LTDA (atualmente, chamada INOVAR ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA) foi alvo na primeira fase da Operação Sem Desconto, tendo em vista funcionar como operadora financeira de recursos desviados de entidades associativas sediadas em Sergipe (UNIVERSO ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (AAPPS UNIVERSO), CNPJ 08.302.024/0001-07; APDAP PREV - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS, CNPJ 07.699.920/0001-99 (anteriormente denominada ACOLHER); ASBRAPI ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS, CNPJ 41.191.842/0001-55 (atualmente nominada PREVABRAPI) (fl. 279).

78. A dinâmica usual adotada pelo grupo de pagamentos de propinas por meio de empresas de fachada também é adotada em relação a ERIC. Nesse contexto, ERIC pode ser considerado entre aqueles que

PET 15041 / DF

contribuíram de modo operacional e contínuo para a permanência dos lançamentos que geravam vantagens indevidas às associações controladas por ANTÔNIO CAMILO. RUBENS COSTA, operador de ANTÔNIO CAMILO responsável por, dentre outras atividades, a operacionalização do repasse de recursos ilícitos por meio de empresas de fachada, envia uma mensagem em janeiro de 2024 para ERIC FIDELIS com o seguinte teor:

“o Antônio me passou o seu contato para tratarmos de um pagamento de serviços prestados....” (fl. 288)

79. Em resposta, ERIC diz:

“Boa tarde. Perfeito” (fl. 288).

Em continuidade da conversa, RUBENS informa que:

“O valor a ser pago é de R\$ 451.811,20” (fl. 289).

80. Para se ter dimensão dos valores envolvidos, a Polícia Federal noticia que os repasses efetuados por meio de algumas das empresas de fachada de ANTÔNIO CAMILO (Brasília Consultoria, ACCA Consultoria e Prospect Consultoria) em favor de ERIC FIDELIS alcançam a cifra milionária de R\$ 2.222.029,67 (dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, vinte e nove reais e sessenta e sete centavos) (fl. 308), evidenciando a expressiva movimentação financeira entre o grupo empresarial e o escritório de ERIC FIDELIS.

81. A atuação de ERIC era vista como parte de um fluxo operacional contínuo, sem a qual a organização criminosa não teria conseguido manter o sistema de descontos automáticos que lhe gerou mais de R\$ 1,6 bilhão ao longo de vários anos.

PET 15041 / DF

**PAULO GABRIEL NEGREIROS (CPF 096.957.534-05)**

82. O investigado PAULO GABRIEL NEGREIROS figura na investigação como braço operacional da organização criminosa no tocante ao gerenciamento das empresas utilizadas para dar aparência de legalidade às movimentações financeiras ilícitas. A CBPA era representada por PAULO GABRIEL em contratos envolvendo transferências, por exemplo, para a ACCA CONSULTORIA, empresa do grupo de ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (fls. 351 e 357). Sua atuação, demonstrada pelos intercâmbios de mensagens e pelo material apreendido, o situa como um dos responsáveis pela administração da CBPA (fl. 327, 332-333, 335) com atuação voltada para a prática de fraudes contra beneficiários do INSS.

83. Em relação a PAULO GABRIEL, a Polícia Federal noticia que:

As evidências reunidas na investigação demonstram, de forma clara e consistente, que GABRIEL NEGREIROS, ANTONIO CAMILO e TIAGO SCHETTINI atuam como donos de fato da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), CNPJ 38.062.390/0001-05. (fl. 369)

84. Nesse contexto, PAULO GABRIEL tinha conhecimento integral do esquema de descontos indevidos, visto que sua função exigia lidar diretamente com as demandas nucleares da organização criminosa relacionadas ao pagamento e transferência de recursos por meio de empresas de fachada.

**ALEXANDRE GUIMARÃES (CPF 238.484.481-49)**

85. O investigado ALEXANDRE GUIMARÃES, que exerceu a função de Diretor de Governança, Planejamento e Inovação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no período de maio de 2021 a abril de

**PET 15041 / DF**

2023 (fl. 390), ocupa, no contexto da organização criminosa liderada por ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES, posição intimamente vinculada ao núcleo servidores, com atuação na administração de empresa de fachada utilizada nas fraudes apuradas neste procedimento. Segundo apurado pela Polícia Federal:

“A VENUS CONSULTORIA & ASSESSORIA EMPRESARIAL S/A, CNPJ 48.500.775/0001-52, é uma sociedade anônima, constituída em 03/11/2022, com situação cadastral ativa, tendo como proprietários ALEXANDRE GUIMARÃES (CPF: 238.484.481-49), ex-Diretor de Governança, Planejamento e Inovação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cargo que ocupou entre maio de 2021 e abril de 2023.

Os diretores da VÊNUS são RUBENS OLIVEIRA COSTA (CPF: 858.951.721-72), como Diretor Administrativo, e o próprio ALEXANDRE GUIMARÃES, como Diretor Financeiro.

A empresa utiliza o e-mail financeiro@prospect-consultoria.com, vinculado à PROSPECT CONSULTORIA, e conta com ALEXANDRE CAETANO DOS REIS (CPF: 287.157.991-15) como contador responsável.

As interações selecionadas evidenciam a participação ativa de RUBENS COSTA em tratativas que envolvem diretamente a estruturação e operacionalização da referida pessoa jurídica.

Durante o período em que ALEXANDRE GUIMARÃES ainda ocupava o cargo de diretor no INSS, foram iniciadas as tratativas para a constituição da empresa VÊNUS CONSULTORIA, com comunicações datadas de agosto de 2022.

Em março de 2023, ainda dentro do período de sua função pública, ALEXANDRE participou da validação de contratos entre a VÊNUS e a BRASÍLIA CONSULTORIA, que posteriormente se tornaria a principal fonte de receita

PET 15041 / DF

da empresa.

Esses fatos indicam que a estruturação da VÊNUS CONSULTORIA e o início de sua operação financeira ocorreram enquanto ALEXANDRE ainda exercia função de direção no INSS.” (fl. 390)

86. Seu nome é reiteradamente mencionado em comunicações obtidas pela Polícia Federal, especialmente em diálogos envolvendo ANTÔNIO CAMILO e RUBENS COSTA (fls. 391-397). Nessas interações, ALEXANDRE GUIMARÃES aparece como importante intermediário de confiança de ANTÔNIO CAMILO. Tal assertiva fica demonstrada pela mensagem em que ANTÔNIO CAMILO afirma a RUBENS COSTA que “as despesas da S/A do Alexandre será tudo comigo” (fl. 393).

87. ALEXANDRE GUIMARÃES tornou-se sócio da VÊNUS CONSULTORIA & ASSESSORIA EMPRESARIAL S/A, com 97% de participação acionária, em conjunto com a sócia ACCA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., empresa do grupo de ANTÔNIO CAMILO e que passou a ter 3% de participação da VÊNUS (fl. 398).

88. De acordo com a representação da Polícia Federal:

“empresas do grupo de ANTÔNIO já financiavam os custos operacionais da VÊNUS quando ALEXANDRE permanecia no exercício do cargo público. Ademais, em março de 2023, também antes de seu desligamento do INSS, ALEXANDRE participou da validação de contratos entre a VÊNUS e a BRASÍLIA CONSULTORIA, que posteriormente se tornou sua principal fonte de receitas.

(...) No conjunto, emerge quadro em que um agente público de alto escalão foi convertido em elemento essencial da engrenagem de lavagem de dinheiro, conferindo aparência de legitimidade, opacidade às movimentações financeiras e cobertura institucional às atividades do grupo criminoso liderado por ANTÔNIO.” (fl. 417)

**PET 15041 / DF**

89. Não se trata, portanto, de mero colaborador ocasional, mas de indivíduo com função de articulação estratégica, estando presente tanto em ações destinadas a expansão de negócios quanto naquelas voltadas a blindagem institucional.

## **MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR (CPF 028.008.824-84)**

90. O investigado MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR, servidor de carreira do INSS e que exerceu o cargo de Superintendente do Nordeste do INSS, é, desde outubro de 2023, diretor de Administração e Finanças do DNIT. Ele é identificado pela Polícia Federal como integrante associado ao núcleo “servidores” da organização criminosa estruturada por ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES. Embora não integre o núcleo central de tomada de decisões, sua participação é essencial para viabilizar a prática dos ilícitos da organização criminosa.

91. A Representação Policial dedica seção própria ao investigado (item 2.1.9), inserindo-o no conjunto de agentes públicos ou colaboradores com atuação interna na estrutura administrativa responsável pelo fluxo de descontos associativos fraudulentos.

92. A partir do material apreendido (informações extraídas do aparelho celular do investigado Alessandro Antônio Stefanutto, conforme Laudo nº 1050/2025 – INC/DITEC/PF; informações extraídas do aparelho celular do investigado Rubens Oliveira Costa, constantes do Laudo nº 532/2025 – SETEC/SR/PF/DF, e documento encontrados nas dependências da empresa Prospect Consultoria Empresarial Ltda., foram encontrados indícios da prática de crime por MARCOS DE BRITO (fl. 381).

93. MARCOS DE BRITO teve passagens aéreas adquiridas pela PROSPECT, uma empresa de fachada de ANTÔNIO CAMILO, o que corrobora, em conjunto com a foto de fls. 388 da representação, sua

PET 15041 / DF

íntima relação com a organização criminosa. Sobre o tema, a Polícia Federal menciona que:

ANTONIO ANTUNES encaminhou a RUBENS COSTA comprovante de compra de bilhete aéreo em favor de MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR, então SUPERINTENDE DO NORDESTE DO INSS, para viagem no trecho Recife–Salvador–Recife, com embarque em 20/12/2022 e retorno em 22/12/2022. A passagem foi adquirida em 14/12/2022 pela empresa PROSPECT CONSULTORIA, junto à ENCA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA (CNPJ 16.994.471/0001-00), sediada em SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP, conforme comprovante pagamento remetido por ANTONIO. (fl. 381)

94. Também há nos autos mensagem de *whatsapp* enviada por ANTÔNIO CAMILO a RUBENS COSTA em que aquele pede a este último “uma gentileza no modo silencioso” (fl. 384). E a tal providência seria a de viabilizar o pagamento a MARCOS DE BRITO de 20 mil reais de forma sigilosa. (fl. 384).

95. ANTÔNIO CAMILO chega a pedir a RUBENS que pegue o dinheiro no cofre para deixar preparado para “dar a discrição que a situação exige” (fl. 384). Nas orientações dirigidas a RUBENS, ANTÔNIO CAMILO determina que ele faça o seguinte:

“Coloque de maneira discreta em um envelope ou recipiente que não deixe transparecer o que é! Evitar o desconforto para ele! (....)

Segure as de 200” (fl. 385)

96. No mesmo dia e algumas horas depois RUBENS informa a ANTÔNIO “passei para o Marcos o bilhete” (fl. 386)

97. A Polícia Federal atribui a MARCOS o papel de facilitador operacional, inserindo-se na cadeia administrativa que sustentava o esquema dos descontos associativos fraudulentos, permitindo a

**PET 15041 / DF**

continuidade de lançamentos indevidos em benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas. Em sua representação, as autoridades policiais subscritoras sustentam que:

“O recebimento de valores por parte de MARCOS BRITO, sob determinação de ANTONIO CAMILO, conforme demonstrado, o insere entre os agentes centrais da engrenagem criminosa, indispensável à obtenção, circulação e aproveitamento dos proveitos ilícitos. Não se trata de participação periférica. Ao contrário, enquanto servidor ocupante de cargo de destaque, chegou a participar de reunião com o então Secretário-Executivo do Ministério da Previdência, o que evidencia sua capacidade de influência e sua relevância operacional no esquema. (...) impõe-se — além das demais medidas indicadas ao final desta representação — o afastamento imediato de MARCOS BRITO de qualquer função de confiança no DNIT, por se tratar de providência necessária e proporcional diante do quadro fático delineado. O investigado não detém, no momento, a probidade exigida para o exercício do cargo e sua permanência na função representa risco concreto tanto à higidez da administração pública quanto ao regular andamento das investigações.”  
(fl. 389)

98. Há indícios nos autos de que servidores como MARCOS atuavam como elementos intermediários entre os operadores financeiros e a estrutura pública; canais internos para assegurar a fluidez das ações ilícitas; responsáveis por impedir que falhas ou obstáculos administrativos prejudicassem a continuidade dos descontos indevidos.

**RODRIGO MORAES (CPF 226.362.728-60)**

99. O investigado RODRIGO MORAES ocupa papel relevante como integrante do núcleo financeiro estruturado por ANTÔNIO CARLOS

PET 15041 / DF

CAMILO ANTUNES, com participação ativa nas etapas de lavagem de capitais, principalmente por meio de estruturas societárias utilizadas para dar aparência de legalidade aos valores ilícitos. A Polícia Federal destaca que RODRIGO é proprietário ou gestor de pessoas jurídicas reiteradamente mencionadas nos diálogos entre os investigados, e que serviram como instrumentos de circulação patrimonial ilícita.

100. As comunicações extraídas do material apreendido apontam que sua participação não é periférica; ao contrário, ele aparece como parceiro empresarial de ANTÔNIO, tendo atuado diretamente na administração de empresas utilizadas pela organização criminosa.

101. RODRIGO é gestor da HBR CAPITAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS FINANCEIROS, empresa destinatária de valores enviados pela PROSPECT CONSULTORIA de ANTÔNIO CAMILO (fls. 378-379). Em sua representação, a autoridade policial noticia que:

No dia 08/05/2023, RUBENS envia para ANTÔNIO CARLOS um comprovante de transferência no valor de R\$ 250.000,00, efetuada pela empresa PROSPECT CONSULTORIA (CNPJ 44.722.047/0001-34), em favor da empresa HBR CAPITAL SOLUÇÕES E SERVIÇO (CNPJ 47.545.361/0001-87). (...)

Em 09/05/2023, ANTÔNIO envia para RUBENS comprovante de transferência no valor de R\$ 48.000,00 da conta da empresa PROSPECT CONSULTORIA, em favor da empresa HBR CAPITAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. (...)

Em 07/08/2023 ANTÔNIO envia a RUBENS o CNPJ da empresa HBR CAPITAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. (47.545.361/0001-87), mencionando o valor de R\$ 900.000,00. Em seguida, encaminhou o comprovante de pagamento via Pix no valor de R\$ 348.000,00, realizado pela empresa PROSPECT, em favor da HBR CAPITAL, com a descrição "Aquisição de

PET 15041 / DF

debêntures”.

Ainda no mesmo dia, às 16:36h, foi realizada uma nova transferência de R\$ 110.000,00, também da PROSPECT para a HBR CAPITAL, com a mesma finalidade declarada. (...)

Em 08/08/2023 RUBENS envia a ANTONIO mais um comprovante de pagamento via PIX no valor de R\$ 790.000,00, realizado pela empresa PROSPECT CONSULTORIA EMPRESARIAL, por meio da conta 1528/99397-3 do BANCO ITAÚ, em favor da empresa HBR CAPITAL SOLUÇÕES E SERVIÇO. (...)

Em 24/08/2023 às 10:05h, ANTONIO CARLOS envia a RUBENS o comprovante de pagamento via PIX no valor de R\$ 50.000,00, realizado a partir de sua conta pessoal 106.070.458-8, mantida no BRB. O destinatário da transferência foi a empresa HBR CAPITAL S.A. A transação foi registrada com a descrição “AQUISIÇÃO DE DEBÊNTURES. (...)

ANTONIO solicita a RUBENS que verificasse o valor total enviado para a suposta aquisição das DEBÊNTURES. Na sequência, ANTONIO mencionou a necessidade de fechar o montante entre R\$ 900.000,00 e R\$ 1.000.000,00. (...)

RUBENS encaminha outra tabela consolidada contendo a origem dos recursos creditados na HBR, totalizando R\$ 932.000,00. (...)

RUBENS encaminha a ANTONIO três comprovantes das transferências realizadas pela PROSPECT e BRASILIA CONSULTORIA para a HBR, no valor de R\$ 1.196.000,00, R\$ 1.000.000,00 e R\$ 40.000,00, conforme previsto na programação para suposta aquisição de debêntures. (...)

RODRIGO informa a RUBENS que até aquele momento, haviam sido repassados R\$ 6.024.000,00 da conta da PROSPECT, e que, por algum motivo, o e-mail solicitado anteriormente não havia sido encaminhado e mencionou estar cobrando o advogado e o contador, e que os

PET 15041 / DF

documentos seriam enviados em breve para o e-mail de ANTÔNIO. RODRIGO complementa dizendo que, somando os valores já investidos com uma nova previsão de R\$ 2.000.000,00, seria emitida uma debênture no valor de R\$ 8.500.000,00, respeitando a fração mínima de R\$ 500.000,00. Ele também explica que não haveria problema se faltasse valor, pois seria melhor do que sobrar TED avulsa, e pediu desculpas pela demora, atribuindo-a a problemas internos. RUBENS finaliza dizendo que compreendia, mas que precisava das informações para fechar a contabilidade.” (fls. 420, 424-427, 431, 434-436).

102. A PF demonstra que RODRIGO MORAES foi responsável por facilitar o fluxo de valores ilícitos por meio de empresas sob seu nome ou gestão, criando e mantendo estruturas aptas à circulação financeira destinada à ocultação da origem criminosa das quantias provenientes dos descontos associativos fraudulentos. Em tabela enviada por RODRIGO a RUBENS em janeiro de 2024, contendo o histórico de transações realizadas entre maio e novembro de 2023 de envios de recursos para a HBR CAPITAL, há a demonstração de que todos os recursos foram exclusivamente repassados por empresas ligadas a ANTÔNIO CAMILO, quais sejam a ACCA, a PROSPECT e a BRASÍLIA CONSULTORIA (fl. 452)

103. Diversas mensagens indicam que RODRIGO atuava como fornecedor de debêntures de empresas com estruturas já prontas, tal como no caso das empresas de seu controle integrantes do denominado “GRUPO ARPARG”, que eram colocadas à disposição de ANTÔNIO e de seus operadores. A forma como a aquisição das debêntures se dava - muitas vezes sem correspondência entre os valores repassados para a aquisição e o valor total das debêntures - serve, nas palavras da autoridade policial em sua representação, de forte indício de que:

“os registros financeiros podem estar sendo utilizados para simular investimentos ou ocultar a natureza real das

PET 15041 / DF

operações, especialmente diante da ausência de integralização e documentação individualizada” (fl. 463).

104. A PF também demonstra que a aquisição de debêntures poderia ter finalidade criminosa, ao apresentar indícios de que RUBENS, funcionário de ANTÔNIO CAMILO que cuidava mais diretamente do tema:

“não conseguia fornecer à contabilidade informações mínimas sobre as debêntures envolvidas, como suas modalidades, a existência ou não de pagamento de juros, e o funcionamento operacional dos títulos. Essa lacuna impedia a correta classificação e registro contábil dos valores. Em resposta, RODRIGO informa que consultaria o advogado da operação para que fosse elaborado um e-mail contendo todas as especificações técnicas, cruzando os dados com o contador, com o objetivo de formalizar e esclarecer os detalhes. RUBENS concorda com a proposta e agradece a iniciativa, evidenciando a ausência de domínio técnico sobre os instrumentos financeiros utilizados e a dependência de terceiros para validar a estrutura dos investimentos.” (fls. 486-487)

105. Em uma operação de lavagem de dinheiro com o uso de debêntures, a aquisição de grandes somas de dinheiro para a aquisição de debêntures pode caracterizar a etapa de entrada de dinheiro ilícito no mercado (*placement*). E como não há publicidade quanto aos proprietários das debêntures, a aquisição também inaugura a etapa de ocultação dos recursos (*layering*). Quando, no futuro, a debênture é vendida no mercado, o dinheiro retorna ao criminoso por meio de um pagamento bancário com um formato aparentemente lícito, o que caracteriza a última etapa da lavagem de capitais denominada de integração (*integration*).

106. Há, portanto, diante do contexto narrado na representação policial, fortes indícios de que as empresas utilizadas por RODRIGO MORAES para a emissão de debêntures tenham como propósito a

**PET 15041 / DF**

concretização da lavagem de capitais. Consta na representação da Polícia Federal a possível causa da aquisição de debêntures por ANTONIO CAMILO por intermédio de RODRIGO MORAES:

Dessa dinâmica resulta um quadro inequívoco de simulação de investimento, no qual ANTÔNIO adquire títulos que jamais são efetivamente emitidos, servindo apenas como fachada contábil destinada a justificar a movimentação e a detenção de valores de origem ilícita. As supostas debêntures funcionam como estruturas artificiais criadas para afastar o patrimônio espúrio de sua fonte original, fragmentando-o e inserindo-o em ambiente documentalmente sofisticado, apto a dificultar a rastreabilidade dos ativos e a atuação dos órgãos de controle. (fl. 531)

## **GUSTAVO MARQUES GASPAR (CPF 780.238.663-20)**

107. O investigado GUSTAVO MARQUES GASPAR desempenha, segundo a Polícia Federal, papel de elevada relevância no núcleo político-institucional associado às atividades da organização criminosa liderada por ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES. Os documentos apreendidos indicam que, no ano de 2015, GUSTAVO foi nomeado como assessor pelo ex-ministro das Comunicações Juscelino Filho (ministro de 01/01/2023 a 09/04/2025) enquanto este último ainda era Deputado Federal.

108. Sobre a atuação de GUSTAVO como assistente parlamentar, a Polícia Federal menciona que:

“Gaspar foi nomeado como assistente parlamentar sênior na liderança do PDT pelo Senador WEVERTON ROCHA (PDT-MA), à época líder da bancada. Compadre do Ministro JUSCELINO, o senador é um dos fiadores de sua indicação para a pasta das Comunicações, ao lado do colega Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Em fevereiro de 2021, a liderança do PDT passou a ser comandada pelo

PET 15041 / DF

senador Cid Gomes (CE). Gaspar continuou empregado na mesma função, até 2023, quando uma reportagem do ESTADÃO, verificou que GASPAR era um funcionário “fantasma”.

Na reportagem [[https://www.estadao.com.br/politica/socio-de-haras-de-juscelino-e-funcionario-fantasma-no-senado/?srsltid=AfmBOoon6e-UaZmMGRB0wuJp3\\_y4D5LdUBc-sE-mMotTRopLUS\\_-0c4o](https://www.estadao.com.br/politica/socio-de-haras-de-juscelino-e-funcionario-fantasma-no-senado/?srsltid=AfmBOoon6e-UaZmMGRB0wuJp3_y4D5LdUBc-sE-mMotTRopLUS_-0c4o)] WEVERTON ROCHA afirmou que GUSTAVO GASPAR atua na Segunda Secretaria. “Ele trabalha efetivamente comigo desde que fui líder do PDT no Senado. Assim como a maioria dos assessores, ele transita pelo Senado, não permanecendo necessariamente na sala”, disse. O senador não explicou, no entanto, por que a lotação oficial do funcionário é o gabinete da liderança do PDT.

Gustavo Gaspar é considerado, nos bastidores, braço direito do senador WEVERTON. O empresário trabalhou como assessor do político maranhense por quatro anos, de 2019 a 2023.” (fl. 764)

109. Como demonstra a PF, GUSTAVO foi nomeado para cargos em comissão no Legislativo e no Ministério das Comunicações, com ligações diretas ao ex-ministro Juscelino Filho, que, por sua vez, teria supostamente influenciado sua indicação à liderança do PDT no Senado. Esse histórico revela que GUSTAVO possuía capacidade de articulação institucional e inserção em ambientes decisórios de relevo político, o que ampliava seu potencial de atuação no esquema ilícito, facilitando contatos, blindagens e aproximações úteis a ANTÔNIO CAMILO.

110. Como exemplo de influência política de GUSTAVO GASPAR, a Polícia Federal destaca que:

“Registros da portaria do Ministério da Previdência Social indicam que o lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, vulgo Careca do INSS, e o empresário Gustavo Marques Gaspar, ex-assessor e aliado do senador Weverton (PDT-

PET 15041 / DF

MA), estiveram juntos no gabinete do atual número 2 da pasta, o secretário-executivo Adroaldo Portal (PDT).” (fl. 766)

111. Além da atuação político-institucional, as provas demonstram que GUSTAVO se relacionava intensamente com RUBENS COSTA, funcionário de ANTÔNIO CAMILO, e seus diálogos diziam respeito a atos de constituição de uma empresa e, também, a perguntas sobre o contador ALEXANDRE CAETANO, que também está envolvido com as empresas de fachada de ANTÔNIO CAMILO. A representação da Polícia Federal esclarece o seguinte sobre o tema:

Em 02/05/2023 GUSTAVO GASPAR envia mensagens a RUBENS COSTA informando que iria encaminhar documentos e pergunta “Qual o nome do nosso amigo lá? Contador”. Em resposta, RUBENS COSTA esclareceu que o nome é ALEXANDRE CAETANO.

GUSTAVO encaminha a RUBENS um arquivo identificado como “Novo Documento 2023-05-02 10.34.15”, que corresponde ao ato de Constituição de Sociedade da empresa GM GESTÃO DE DOCUMENTOS EMPRESARIAIS LTDA - ME, sediada na Praia de Botafogo, Rio de Janeiro. O documento indica como sócios GUSTAVO MARQUES GASPAR e sua esposa MICHELLE RIBEIRO ARAÚJO, CPF 080.946.867-07. (fls. 774-775)

112. A relação de GUSTAVO GASPAR era tão próxima e intensa com RUBENS que GUSTAVO chega a solicitar que este último assine um contrato de locação em seu nome e de sua esposa Michelle (fl. 779) e GUSTAVO assina procuração em favor de RUBENS (fl. 787). Há, ainda, na representação da Polícia Federal mensagem enviada por ANTÔNIO CAMILO a RUBENS solicitando o envio de 30 “impressões” (o que, segundo narra a autoridade policial, corresponderia a valor em espécie) para GUSTAVO (fl. 782). Em seguida, RUBENS saca 40 mil reais em espécie no BRB e pergunta, no mesmo dia a GUSTAVO GASPAR se ele

**PET 15041 / DF**

mesmo que iria para a “encomenda” que o aguardava. E GUSTAVO confirma que passaria no local de encontro às 17h00 (fls. 669-670).

113. A representação da Polícia Federal também contém uma planilha extraída de mensagem de *whatsapp* enviada por ALEXANDRE CAETANO, contador de ANTÔNIO CAMILO (fls. 789-790), para RUBENS COSTA. No campo da planilha intitulado “EMPRESAS PARCERIA COM ANTÔNIO” consta a empresa GM GESTÃO DE DOCUMENTOS EMPRESARIAIS LTDA – ME que tem GUSTAVO GASPAR como sócio.

114. Em um disco rígido apreendido na casa de ANTONIO CARLOS no dia 23/04/2025, há diversas planilhas com o controle de movimentação financeira de associações e de empresas do próprio investigado ANTONIO CARLOS além de pagamentos a pessoas físicas e jurídicas. Dentre os registros de pagamento de propina, há um no valor de 100 mil reais em favor de “GASPARZINHO” (fl. 800).

115. Outro aspecto merece destaque: mesmo após a operação de abril de 2025, há indícios de que GASPAR e ANTÔNIO CAMILO atuavam para ocultar os bens adquiridos ilicitamente. Sobre este tópico, a representação da Polícia Federal veicula a seguinte informação:

Em 27/06/2025, ANTÔNIO CAMILO cobrava a GUSTAVO GASPAR a regularização da transferência do veículo e demonstra preocupação “Cara isso ainda vai dar problema”, receio que se materializou em Reportagens do Jornal Metrôpoles (fl. 801)

116. Assim, a Polícia Federal descreve um conjunto consistente de condutas que situam GUSTAVO como integrante ativo e consciente das atividades do grupo criminoso, contribuindo para a lavagem de capitais, ocultação patrimonial e articulação política do esquema.

**ADROALDO DA CUNHA PORTAL (CPF 648.225.400-49)**

39

**PET 15041 / DF**

117. O investigado ADROALDO DA CUNHA PORTAL foi assessor do Senador WEVERTON de 2019 a 2023. Posteriormente, de março de 2023 a maio de 2025, ADROALDO ocupou a função de Secretário do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social. Atualmente, é Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social

118. Em seu currículo no site do Ministério da Previdência Social (<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/composicao/ministro-e-secretarios>) consta seguinte informação:

Jornalista, 55 anos de idade e 23 anos trabalhando no Congresso Nacional. Desde 1999, já atuou como gestor das equipes de assessoramento técnico no cargo de Chefe de Gabinete da Liderança da Bancada do PDT na Câmara dos Deputados. Exerceu a mesma função no Senado Federal durante a última Reforma da Previdência.

Foi Chefe de Gabinete e Secretário Executivo Substituto do Ministério das Comunicações durante o governo Dilma Rousseff. No mesmo período, foi Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e Conselheiro Fiscal da Empresa Telebras, Telecomunicações Brasileiras S.A.

Também, ocupou cargos de chefia de gabinete dos parlamentares Pompeo de Mattos, André Figueiredo e Weverton.

119. EDUARDO SILVA PORTAL, filho do investigado ADROALDO, exerce a função de ajudante parlamentar intermediário no gabinete do senador WEVERTON ROCHA desde 13 de junho de 2023. Na representação da Polícia Federal, constam movimentações suspeitas envolvendo entre ADROALDO, seu filho EDUARDO e, também, VANESSA TOCANTINS, chefe de gabinete no Ministério da Previdência. Os detalhes são descritos, nos termos abaixo:

PET 15041 / DF

há um depósito em espécie realizado por EDUARDO, em uma conta de titularidade de ADROALDO, no valor de R\$ 99.900,00 (noventa e nove mil e novecentos reais), em 23 de outubro de 2023.

(...) há um depósito realizado por ADROALDO, em uma conta de sua titularidade, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em 27 de novembro de 2023.

(...) há um depósito realizado novamente por EDUARDO, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na conta de titularidade de Adroaldo, em 29 de janeiro de 2024. (...)

Dessa forma, entre 23 de outubro de 2023 e 29 de janeiro de 2024, houve créditos, por meio de depósitos em espécie, na conta de ADROALDO, que totalizaram R\$ 249.900,00 (duzentos e quarenta e nove mil e novecentos reais).

(...) VANESSA BARRAMACHER TOCANTINS (CPF: 034.048.931-66), CHEFE DE GABINETE DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E EX ASSESSORA DE WEVERTON

Entre 16 de agosto de 2023 e 05 de agosto de 2024, Vanessa movimentou o valor total de R\$ 547.754,00 (quinhentos e quarenta e sete mil setecentos e cinquenta e quatro reais), sendo R\$ 274.703,00 (duzentos e setenta e quatro mil setecentos e três reais) a crédito e R\$ 273.051,00 (duzentos e setenta e três mil cinquenta e um reais) a débito. A comunicação foi reportada pelo BANCO DO BRASIL S. A, agência ESCR.EXC.TAGUATINGA / 4211, em Brasília-DF.

A maior parte dos créditos recebidos por Vanessa foi por meio de 18 depósitos que somaram a quantia de R\$ 122.250,00 (cento e vinte e dois mil duzentos e cinquenta reais). Recebeu, ainda, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) de EDUARDO SILVA PORTAL.

Em relação aos débitos, os maiores valores enviados

**PET 15041 / DF**

foram para LINALVA SERRA CUTRIM (CPF: 290.111.321-49), natural do MA, e ADROALDO PORTAL, nas quantias de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e R\$ 18.852,83 (dezoito mil oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos), respectivamente. (fls. 806-807)

120. Por fim, em um disco rígido apreendido na casa de ANTÔNIO CARLOS no dia 23/04/2025, há diversas planilhas com o controle de movimentação financeira de associações e de empresas do próprio investigado ANTÔNIO CARLOS além de pagamentos a pessoas físicas e jurídicas. Dentre os registros de pagamento de propina, há um no valor de 50 mil reais em favor de “ADRO” (fl. 800).

### **HÉLIO MARCELINO LORENO (CPF 315.730.536-00)**

121. Segundo a investigação da Polícia Federal, HÉLIO MARCELINO LORENO integra o núcleo administrativo/servidores, exercendo função de agente operacional e articulador institucional em parceria direta com DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO e ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES.

122. Em sua representação, a Polícia Federal aponta que HÉLIO recebeu, em conjunto com outros investigados na “Operação Sem Desconto”, expressivos montantes de dinheiro enviadas por DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (fls. 827-835).

123. Em mensagem de *whatsapp* de fevereiro de 2025 enviada por DOMINGOS SÁVIO a ADELINO, aquele encaminha o link da página do Clube Caixa e menciona que o tema se refere ao “negócio da caixa do Hélio e do Heitor. Somo sócios”. (fl. 866)

124. A análise do material apreendido mostra que HÉLIO era destinatário de valores oriundos das associações ao lado de DOMINGOS

PET 15041 / DF

SÁVIO e de ANTÔNIO CAMILO (fl. 852). HÉLIO foi admitido como sócio na D&M ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA que tem DOMINGOS SÁVIO como sócio e é utilizada como empresa de fachada para a prática dos ilícitos investigados neste procedimento (fl. 870).

125. Conforme mensagens analisadas, HÉLIO tem o potencial de figurar como beneficiário direto de repasses provenientes das cobranças indevidas dos benefícios previdenciários, sendo formalmente reconhecido como o terceiro sócio majoritário do esquema, ao lado de ANTÔNIO e DOMINGOS (fls. 869-878).

126. Tal participação demonstra que sua posição dentro da organização não era periférica: ele se beneficiava financeiramente de maneira contínua e estruturada, recebendo parte dos resultados ilícitos.

127. A representação da Polícia Federal revela, ainda, que HÉLIO, em conjunto com HEITOR SOUZA CUNHA (funcionário da Caixa), teria participado da concepção de um esquema semelhante ao da fraude previdenciária, mas voltado diretamente aos clientes da Caixa Econômica Federal (fl. 853).

128. Essa articulação indica a expansão do esquema ilícito para além do INSS. Os crimes envolveriam outra entidade da Administração Pública indireta federal, de modo a violar a confiança de consumidores bancários.

129. Há mensagens em que HÉLIO solicita emissão de passagens aéreas para Vitória, afirmando que irá “tratar dos trâmites da AGE da entidade REBAP” (Rede Brasileira de Apoio aos Aposentados e Pensionistas), que é uma das associações fraudulentas vinculadas ao grupo.

130. Diversos episódios comprovam, portanto, a proximidade entre

**PET 15041 / DF**

HÉLIO e HEITOR: aparecem juntos em fotos enviadas por DOMINGOS (fl. 755); são referidos como “sócios” no “negócio da Caixa” (fl. 755). Essa parceria é essencial para caracterizar uso de estrutura estatal em benefício da organização criminosa.

## **ROBERTA MOREIRA LUCHSINGER (CPF 066.040.366-85)**

131. A investigada ROBERTA LUCHSINGER é apontada pela Polícia Federal como integrante vinculada ao núcleo político da organização criminosa liderada por ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES. Sua atuação se revela essencial para a ocultação de patrimônio, movimentação de valores e gestão de contas bancárias e estruturas empresariais utilizadas como instrumentos da lavagem de capitais.

132. Os elementos colhidos durante o transcurso das investigações indicam que a investigada matinha sociedade de fato com ANTÔNIO CAMILO em searas de atuação diversas, especialmente na área de saúde pública, com atuação junto à ANVISA e Ministério da Saúde.

133. A PF observa que ROBERTA “apresenta-se como pessoa com acesso a estruturas de poder capazes de influenciar decisões de natureza política” (fl. 644).

134. As interações observadas entre ROBERTA e ANTÔNIO revelam uma conexão voltada para a criação de parcerias estratégicas, que mesclam influência política e interesses financeiros. Isso pode resultar em impactos em decisões públicas que poderiam beneficiar os empreendimentos associados ao grupo de ANTÔNIO em diversos setores.

135. As investigações revelam que ROBERTA foi beneficiária de

**PET 15041 / DF**

notas fiscais a serem pagas pelas empresas do grupo de ANTÔNIO CAMILO com base em um contrato de consultoria de serviços aparentemente inexistentes. (fl. 644)

136. No Laudo 463/2025 - SR/SETEC/DF, foram extraídos dados do telefone de MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JUNIOR e, em especial, mensagens de VITÓRIA SERNEGIO, advogada das empresas do grupo de ANTÔNIO CAMILO, tratando de um pagamento em favor da RL CONSULTORIA E INTERMEDIações LTDA. Também aparece mensagem de ANTÔNIO CAMILO comprovando o pagamento por PIX de R\$300 mil em favor da RL CONSULTORIA E INTERMEDIações LTDA. (fl. 645). O contrato de consultoria entre a BRASÍLIA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, empresa de fachada do grupo de ANTÔNIO CAMILO, e a RL CONSULTORIA E INTERMEDIações LTDA. tem a assinatura de ROBERTA LUCHSINGER. Referido ajuste previa pagamentos de cem mil reais para cada projeto específico. Os projetos tinham os nomes “Projeto Energia”, “Projeto Esmagadoras” e “Projeto Hidrogênio” (fl. 646) e fugiam por completo das atividades da BRASÍLIA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.

137. Em outra mensagem apreendida, ANTÔNIO CAMILO faz referência à necessidade de se fazer mais uma parcela de pagamento de 300 mil reais. Ao ser indagado por MILTON acerca de quem seria o destinatário dos valores, ANTÔNIO CAMILO responde: “o filho do rapaz” (fl. 646). Em seguida, MILTON junta uma mensagem dirigida a ANTÔNIO CAMILO comprovando o pagamento de 300 mil reais para RL CONSULTORIA E INTERMEDIações LTDA, quantia que seria destinada, pelo sentido das mensagens ao “filho do rapaz”.

138. Segundo relato da Polícia Federal, observa-se:

A partir da análise dos RIFs 135092 e 135100, que a empresa RL Consultoria e Intermediações EIRELI, CNPJ

PET 15041 / DF

35.433.740/0001-04, da qual são sócios ROBERTA MOREIRA LUCHSINGER (CPF 066.040.366-85) e seu pai Roberto Pedro Paulo Luchsinger (CPF 494.531.497-72), foi beneficiária do montante total de R\$ 18.270.676,55.

Desse valor, R\$ 1.144.650,00 foram transferidos pela EMPRESA BRASÍLIA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., CNPJ 48.366.042/0001-77, pertencente a ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES. Constata-se, ainda, que ROBERTA LUCHSINGER e seu pai Roberto Luchsinger receberam da RL Consultoria, respectivamente, os valores de R\$ 1.233.500,00 e R\$ 1.449.000,00. (fl. 682)

139. Há, ainda, mensagens de *whatsapp* trocadas entre MILTON e ROBERTA em fevereiro de 2025 em que ele pede a ela a emissão de nota fiscal e chega a perguntar se ela tem dúvidas de como deveria ser a emissão.

140. Essas circunstâncias geram fortes indícios acerca da veracidade e real execução dos serviços que teriam originado o pagamento consoante previsto contratualmente (fl. 648).

141. De acordo com a informação de Polícia Judiciária nº 145/2025 acostada pela Polícia Federal em conjunto com sua representação, há:

“cinco pagamentos, cada um no valor de R\$ 300.000,00, em favor da empresa RL Consultoria e Intermediações Ltda., de propriedade de ROBERTA MOREIRA LUCHSINGER. Os valores foram demandados por ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES, por meio da empresa Brasília Consultoria Empresarial S/A, e efetivados pelo diretor financeiro MILTON JÚNIOR, totalizando R\$ 1.500.000 (um milhão e meio de reais).

Verificou-se que o lastro contratual diverge do código de serviço declarado nas notas fiscais, sendo que os objetos descritos no contrato — Projeto Energia, Projeto Esmagadoras e Projeto Hidrogênio — não correspondem ao ramo de atuação da empresa Brasília Consultoria. Além

PET 15041 / DF

disso, não foram identificadas trocas de mensagens que indicassem a efetiva prestação de serviços.

Ressalta-se ainda que o pagamento da primeira parcela ocorreu imediatamente após a assinatura do contrato, sem qualquer comprovação de execução contratual, e que a quarta parcela, datada de 26/02, foi quitada com apenas 23 dias de intervalo em relação à terceira parcela, paga em 03/02, evidenciando a incompatibilidade temporal com uma prestação de serviços regular.” (fl. 648)

142. Mesmo após a “Operação Sem Desconto” ter sido deflagrada em abril de 2025, ANTÔNIO CAMILO e ROBERTA LUCHSINGER continuam a se falar e a planejar a continuidade dos ilícitos. Ela, inclusive menciona “Distantes nesse momento, mas seguimos. Tudo vai se resolver”. E ROBERTA chega a sugerir um advogado para a defesa de ANTÔNIO CAMILO em relação às acusações que lhe são imputadas.

143. Ao longo da troca de mensagens, que se deu em 29/04/2025, ROBERTA complementa: “E só para vc saber, acharam um envelope com nome do nosso amigo no dia da busca e apreensão” (fl. 650). Em seguida, ANTÔNIO CAMILO responde demonstrando preocupação: “PUTZ” (fl. 651). Na mesma data, ROBERTA envia mensagem dizendo: “E Antônio, some com esses telefones. Joga Fora” (fl. 652).

144. Alguns dias depois, em 05 de maio de 2025, ROBERTA envia um áudio para ANTÔNIO CAMILO tentando tranquilizá-lo com o seguinte teor: “na época do Fábio falaram de Friboi, de um monte de coisa o (*sic*) maior... igual agora com você” (fl. 653).

145. Em 08/05/2025, ANTÔNIO CAMILO compartilha com ROBERTA LUCHSINGER os rumos que pretende dar aos negócios que aparentemente mantém interesse mútuo. O que chama atenção é o fato de que, mesmo após ter sido alvo de uma operação, ANTÔNIO CAMILO continua a tentar viabilizar os seus negócios ilícitos por meio de terceiros

**PET 15041 / DF**

e compartilha suas ideias e propostas com ROBERTA (fl. 654).

146. Em mensagem de 08/08/2025, ROBERTA demonstra grande preocupação pelo fato de ANTÔNIO CAMILO constar como representante da DUOSYSTEM, empresa de tecnologia em saúde para quem ela teria prestado consultoria. Ela acredita que tenha sido um erro do Ministério da Saúde, mas o Metrôpoles estaria, segundo palavras de ROBERTA, “em cima deles” para saber do que se tratava. As mensagens deixam nítido que ROBERTA não queria ter seu nome associado ao de ANTÔNIO CAMILO, especialmente no âmbito do Ministério da Saúde, nova possível área de atuação da organização criminosa. Na mesma data de agosto, ROBERTA chega a perguntar a ANTÔNIO CAMILO o seguinte: “Seria possível, seu advogado emitir uma nota dizendo que você nunca fez parte dessa empresa? (fl. 662)

147. ROBERTA figura formalmente como sócia e representante de pessoa jurídica que recebeu valores oriundos das cobranças indevidas realizadas pelas associações investigadas e emitiu notas fiscais sem lastro econômico real. Nessa altura, resta evidenciada a atuação conjunta de ROBERTA e ANTÔNIO em praticamente todos os negócios impulsionados por este junto aos Ministérios da Saúde e Educação e a entidades vinculadas, reforçando a hipótese de sociedade de fato entre ambos.

## **DANIELLE MIRANDA FONTENELES (CPF 512.936.171-72)**

148. A investigada DANIELLE MIRANDA FONTENELES é descrita pela Polícia Federal como publicitária, empresária e figura com histórico relevante no marketing político, tendo fundado a agência *Pepper Comunicação*, envolvida em campanhas eleitorais de grande visibilidade. DANIELLE FONTELES é, segundo apontado pela PF, a pessoa

PET 15041 / DF

responsável pela execução das iniciativas da organização criminosa em Portugal, sendo beneficiária da quantia total de R\$ 13.108.767,68 provenientes de ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (RIF 135092 e 135100) (fl. 592).

149. De acordo com a representação da Polícia Federal:

“A defesa de DANIELLE MIRANDA FONTELES alega que os valores encaminhados por ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES se referem à negociação de um imóvel localizado em Trancoso (BA), avaliado em aproximadamente R\$ 13 milhões, que seria pago em 13 parcelas de R\$ 1 milhão cada, embora a transação não tenha sido efetivamente concluída. Sustenta, ainda, que todos os valores foram devidamente declarados à Receita Federal, com recolhimento dos tributos correspondentes, sendo o referido negócio imobiliário a justificativa legítima para as movimentações financeiras questionadas

Nos autos da PET 14.447, consta petição apresentada pela defesa de DANIELLE MIRANDA FONTELES, acompanhada de instrumento particular de compra e venda (datado em 17/10/2025), distrato contratual (datado em 21/05/2025) e declaração de imposto de renda em que se registra a suposta transação imobiliária. Observa-se que o distrato ocorreu após a primeira fase da Operação Sem Desconto.

Neste contexto, os valores movimentados não se mostram compatíveis com a documentação apresentada, sobretudo porque o negócio jurídico não foi efetivamente concluído, resultando em um montante recebido aparentemente superior ao valor do imóvel. Diante desse descompasso, a versão apresentada pela investigada revela-se inconsistente com os elementos de prova colhidos até o momento, especialmente quando considerada em conjunto com outros contextos probatórios.” (fl. 593)

150. Há, assim, indícios de que, da mesma forma que a emissão de

**PET 15041 / DF**

notas fiscais tem sido utilizada para simular legalidade nas operações financeiras vinculadas ao esquema de fraudes previdenciárias, a suposta venda do imóvel teve por objetivo ocultar a real natureza da relação entre ANTÔNIO e DANIELLE, que ultrapassa os limites de uma mera transação comercial.

151. Em maio de 2024, DANIELLE FONTELES foi contratada por ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES como consultora. Sua remuneração seria de 4 mil Euros por mês, acrescidos de +23% da cotação do dia.

152. Já no início de 2025, ANTÔNIO CAMILO realizou, segundo a autoridade policial, “operações de câmbio de remessa de dinheiro para aquisição de um imóvel de alto padrão em PORTUGAL, com intermediação de DANIELLE MIRANDA FONTELES, registrando como comprador seu filho ROMEU” (fl. 510).

153. Em Portugal, DANIELLE utilizava sua empresa CORETO TROPICAL LTDA., da qual é sócia e atua como gerente, para o recebimento de recursos financeiros (fl. 595).

154. A PF demonstra que DANIELLE recebe mensalmente valores enviados por ANTÔNIO e atua como intermediária em aquisições internacionais de ativos. Em mensagem de *whatsapp* de 11 de setembro de 2024, DANIELLE informa que ainda não teria recebido seu pagamento referente ao mês de agosto. Em seguida, pergunta se ANTÔNIO ou seu filho ROMEU estariam levando a quantia para Portugal, uma vez que estariam viajando para lá (fl. 598). Essa troca de mensagens corrobora os vínculos próximo entre DANIELLE, MILTON, ANTÔNIO CAMILO e ROMEU.

155. Sua atuação é apontada como transnacional, conectando o núcleo brasileiro às estruturas europeias utilizadas pelo grupo, em especial em Portugal e Alemanha. Era DANIELLE quem formulava

**PET 15041 / DF**

propostas para aquisição de imóveis em nome do grupo criminoso (fl. 603), bem como era quem cuidava dos projetos e investimentos no exterior (fls. 604-605).

156. A Polícia Federal demonstra que:

“em fevereiro/2025, DANIELLE FONTELES envia um contrato-promessa de compra e venda em Aveiro/Portugal, figurando como comprador ROMEU CARVALHO ANTUNES, e o cidadão em Portugal, PAULO JORGE LOPES SANTOS SILVA, com valor combinado de 2,7 milhões de Euros, sendo 100 mil Euros de entrada. Nota-se que ROMEU figura como gerente (administrador) da empresa CANDANGO CONSULTING LTDA. (fl. 609).”

157. As condutas atribuídas pela PF evidenciam que DANIELLE desempenha papel sofisticado dentro da engrenagem de lavagem de capitais de ANTÔNIO, operando em múltiplas frentes: financeira, empresarial, imobiliária e internacional. Esses elementos indicam que Danielle operava as estruturas externas destinadas à circulação internacional de capitais. É, aliás, considerada expressamente por ANTÔNIO CAMILO na sua relação com terceiros como sua “sócia de Portugal” (fl. 632).

**ALDO LUIZ FERREIRA (CPF 046.324.968-20)**

158. O investigado ALDO LUIZ FERREIRA é situado pela Polícia Federal como um colaborador integrante do núcleo financeiro da estrutura criminosa liderada por ANTÔNIO CARLOS CAMILO.

159. Nas mensagens trocadas entre ALDO LUIZ e ANTÔNIO CAMILO, há fortes indícios da disponibilização de dinheiro por aquele a pedido deste último, o que se materializava por meio do uso de expressões destinadas a ocultar o que estaria ocorrendo. ALDO

PET 15041 / DF

perguntava a ANTÔNIO CAMILO: “Quantas impressões seria [sic] suficiente”. E ANTÔNIO respondia dizendo “Hoje um pouco mais... 70” (fl. 536).

160. Em outra ocasião, ANTÔNIO CAMILO envia uma mensagem a ALDO LUIZ destacando a necessidade de se avançar em relação aos negócios, em especial no que diz respeito ao tema “cartão benefício” e se refere à CREDENZO (fl. 537).

161. Segundo apurado pela Polícia Federal:

A empresa CREDENZO possui ALDO e ALEXANDRE MOREIRA como sócios administradores, tendo o ALDO se colocado como sócio apenas em 06/05/2025. Alexandre, por sua vez, já integrava a sociedade desde 2019. (...)

O cartão de benefícios — também denominado cartão consignado de benefícios ou cartão consignável — é um produto financeiro vinculado a uma margem consignável específica, distinta daquela utilizada para empréstimos consignados. Por meio dele, o usuário pode realizar compras, saques ou pagar contas, com o desconto do valor mínimo da fatura realizado diretamente sobre o salário, aposentadoria ou pensão. Embora guarde relação com o crédito consignado tradicional por utilizar o mesmo mecanismo de desconto automático, trata-se de modalidade com funcionamento e riscos próprios.

A operação do cartão de benefícios, direcionada sobretudo aos segurados do INSS, tem se expandido como alternativa ao crédito consignado comum. Nesse cenário, empresas como a Credenzzo podem atuar como intermediadoras, ofertando aos aposentados e pensionistas cartões baseados na margem consignável destinada exclusivamente a operações de cartão consignado. O processo envolve a concessão de um limite pré-aprovado, cujo uso gera uma fatura mensal. O valor mínimo dessa fatura é descontado diretamente do benefício do segurado,

**PET 15041 / DF**

o que, em muitos casos, é comercializado como produto “sem custo adicional”. Contudo, na prática, essas operações frequentemente apresentam taxas superiores às do consignado tradicional, especialmente quando o usuário realiza saques.

(...) observa-se que, mesmo após ter sido alvo de operação policial por condutas ilícitas envolvendo aposentados e pensionistas do INSS, ANTÔNIO tenta agora promover outra modalidade de atuação, revestida de aparente legalidade, para continuar explorando vulnerabilidades desse público. Seu interesse em avançar no segmento de cartões de benefícios sugere a tentativa de reaproveitar sua expertise delituosa em um novo formato, mantendo como alvo os mesmos segurados do INSS (fls. 539-540).

162. Os elementos constantes dos autos evidenciam que, a partir dos lucros auferidos por ANTÔNIO nas operações realizadas, competia a ALDO a responsabilidade pela emissão e pela circulação de numerário, mediante movimentações destituídas de lastro econômico idôneo. Tais condutas revelam indícios de práticas voltadas à ocultação de valores, bem como de possíveis delitos contra o sistema financeiro nacional.

**SENADOR WEVERTON ROCHA MARQUES DE SOUZA (CPF 629.293.993-68).**

163. WEVERTON ROCHA MARQUES DE SOUZA é Senador da República pelo estado do Maranhão, filiado ao PDT, com mandato de 2019 a 2027. A representação policial dedica a ele um capítulo extenso (item 2.1.21), em razão da alegação de sua posição de liderança política e possível posto de comando dentro da organização criminosa estruturada por ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES.

164. A PF aponta, por meio do diagrama de fls. 791 da

PET 15041 / DF

representação, que o SENADOR WEVERTON teria se beneficiado dos valores ilícitos provenientes dos descontos associativos fraudulentos, como também teria relações próximas com os integrantes da organização criminosa investigada na “Operação Sem Desconto”.

165. O Senador WEVERTON ROCHA é, assim, apresentado na peça policial:

“como liderança e sustentáculo das atividades empresariais e financeiras de ANTÔNIO CAMILO”. Apenas para ilustrar — sem prejuízo de outros elementos de informação já identificados — foi localizado, em conversas entre os contatos ALEXANDRE CAETANO e RUBENS, ambos funcionários de ANTÔNIO, ainda no ano de 2023, um arquivo em formato Excel intitulado “GRUPO SENADOR WEVERTON”, o qual reforça de maneira contundente essa hipótese fática. O enriquecimento de ANTÔNIO, portanto, foi viabilizado por suporte político.” (fl. 10).

166. A título de exemplo, a Polícia Federal destaca a foto contida nas fls. 819 de sua representação em que referido parlamentar aparece a caminho da aeronave PT-LPL.

167. Cotas alusivas a referido avião foram adquiridas por ANTÔNIO CAMILO:

“com ERIK JANSON VIEIRA MONTEIRO MARINHO (natural de CHAPADINHA/MA, e segundo suplente do Senador EFRAIM FILHO pela PARAÍBA/PB), CPF: 804.746.833-20, e JOELMA DOS SANTOS CAMPOS, CPF 983.225.163-04, esposa de ERIK (IPJ 184/2025)” (fl. 819).

168. O Senador WEVERTON teria, segundo a peça de representação da Polícia Federal, atuado: como beneficiário final (“sócio oculto”) de operações financeiras estruturadas pela organização criminosa, recebendo recursos ou benefícios por meio de interpostas pessoas, alguns seus assessores parlamentares.

PET 15041 / DF

## CRISTIANA ALCANTARA ALVES ZAGO (CPF 860.821.081-91)

169. A investigada CRISTIANA ALCÂNTARA ALVES ZAGO é apontada na representação policial como integrante do núcleo administrativo do grupo criminoso chefiado por ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES.

170. CRISTIANA surge no contexto probatório como figura de suporte contratada por ANTÔNIO CAMILO para, inicialmente, realizar serviços de consultoria relacionados à estruturação de negócios no setor de cannabis medicinal (fl. 222).

171. CRISTIANA veio a se tornar sócia de ANTÔNIO CAMILO em SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO criadas com o apoio de RUBENS COSTA (fls. 227). Nas palavras da autoridade policial:

“CRISTIANA ALCANTARA ALVES ZAGO figura como sócia de ANTÔNIO CARLOS ANTUNES em diversas SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPEs), conforme registros empresariais disponíveis.

A participação conjunta em tais estruturas societárias reforça o vínculo direto entre ambos na condução de atividades empresariais que, à luz das demais evidências reunidas, podem levantar suspeitas quanto à legalidade, finalidade e eventual utilização das SPEs para fins de ocultação patrimonial, simulação contratual ou outras práticas irregulares” (fl. 248).

172. CRISTIANA ALCÂNTARA ALVES ZAGO recebeu créditos bancários provenientes do investigado RODRIGO MORAES e de empresas relacionadas com as fraudes envolvendo o INSS, tal como no caso da ARPAR PARTICIPAÇÕES LTDA (fl. 249)

173. Na planilha de fl. 251, constam empresas do grupo de

**PET 15041 / DF**

ANTÔNIO CAMILO e, também, de propriedade de CRISTIANA, o que corrobora os laços entre os dois com o aparente propósito de ocultação patrimonial por meio de empresas de fachada. Segundo a Polícia Federal:

“CRISTIANA ALCANTARA foi responsável por trazer a parceria de RODRIGO MORAES, da empresa ARPAP, para atuar como operador financeiro nas operações envolvendo grandes aportes de recursos repassados por ANTONIO CARLOS CAMILO ANTUNES. (...) infere-se que parte dos valores obtidos por meio do esquema de contratos de serviços com as Associações estaria sendo direcionada para aportes em fundos imobiliários, sob orientação da investigada CRISTIANA ALCANTARA, reforçando indícios de ocultação patrimonial e complexidade na movimentação financeira”. (fls. 255-256)

**ERICK JANSON VIEIRA MONTEIRO MARINHO (CPF 804.746.833-20)**

174. Conforme apurado pela Polícia Federal, ERIK JANSON VIEIRA MONTEIRO MARINHO é segundo suplente do Senador Efraim Filho (PB) e mantém relação direta com diversas empresas e pessoas associadas ao núcleo empresarial-político da organização criminosa centralizada por ANTÔNIO CAMILO.

175. Segundo a Representação:

“ERIK JANSON VIEIRA MONTEIRO MARINHO, natural de Chapadinha/MA, é segundo suplente do Senador Efraim Filho... Casado com JOELMA DOS SANTOS CAMPOS, sócia da empresa AIR CONNECT S/A (...) O endereço da AIR CONNECT S/A é o mesmo onde está registrada a empresa VOGA SERVIÇOS CONTÁBEIS, CNPJ 10.943.907/0001-48, de titularidade de ALEXANDRE CAETANO DOS REIS, CPF 287.157.991-15, que atua como contador da AIR CONNECT e de diversas outras empresas vinculadas ao grupo de ANTONIO CARLOS CAMILO

56

**PET 15041 / DF**

ANTUNES (CPF 279.758.601-82). (fl. 722)

176. O diagrama de fl. 723 evidencia a complexa rede de empresas de fachada vinculada a ERIK e a sua esposa JOELMA. ANTÔNIO CAMILO chegava a considerá-lo como “parceria jatinho” (fl. 740), tendo em vista que foi quem alienou as cotas de aviões a ANTÔNIO CAMILO (fl. 742).

177. De acordo com a representação da Polícia Federal:

A FLIGHT WAY S/A, assim como a AIR CONNECT S/A, ambas constituídas por JOELMA DOS SANTOS CAMPOS, esposa de ERIK, apresentam características típicas de empresas utilizadas para ocultação patrimonial: criação recente, capital social irrisório e aquisição de aeronaves de alto valor incompatíveis com sua capacidade declarada. A AIR CONNECT S/A, por exemplo, é proprietária da aeronave Beech F90, prefixo PT-LPL, adquirida por R\$ 2.800.000,00 em janeiro de 2022, período em que se intensificaram as fraudes relacionadas aos descontos associativos do INSS. Esses elementos reforçam a hipótese de que tais companhias funcionavam como veículos de blindagem patrimonial para ANTONIO CAMILO e seus operadores.

Quanto à atuação conjunta de ANTÔNIO e ERIK MARINHO, as interações analisadas demonstram que ambos mantinham condutas ativas voltadas à ocultação e movimentação de bens e valores, inclusive com indícios de operações no exterior. (fl. 761)

**ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA (CPF 228.895.468-02)**

178. No curso das investigações conduzidas pela Polícia Federal, apurou-se que ALEXANDRE MOREIRA integra o núcleo financeiro da organização criminosa estruturada e liderada por ANTÔNIO CAMILO. As comunicações interceptadas e os dados extraídos dos aparelhos

PET 15041 / DF

telefônicos examinados revelam que o investigado ocupava posição de confiança dentro da estrutura criminosa, sendo um parceiro de negócios ilícitos em conjunto com ANTÔNIO CAMILO, RODRIGO e ALDO. De acordo com a Polícia Federal:

“Ao mencionar ‘vamos avançar no cartão de benefícios’ e citar a empresa CREDENZZO, tornam-se necessárias algumas considerações acerca desse tipo de operação

O cartão de benefícios — também denominado cartão consignado de benefícios ou cartão consignável — é um produto financeiro vinculado a uma margem consignável específica, distinta daquela utilizada para empréstimos consignados. Por meio dele, o usuário pode realizar compras, saques ou pagar contas, com o desconto do valor mínimo da fatura realizado diretamente sobre o salário, aposentadoria ou pensão. Embora guarde relação com o crédito consignado tradicional por utilizar o mesmo mecanismo de desconto automático, trata-se de modalidade com funcionamento e riscos próprios. (...)

A Credenzzo, assim como outras empresas que exploram esse nicho, pode captar clientes por meio de ligações telefônicas, ofertas insistentes ou mesmo envio de cartões não solicitados — prática amplamente reportada em reclamações e investigações, no mesmo modus operandi do desconto associativo. A combinação entre falta de transparência, pouca compreensão por parte dos segurados acerca das diferenças entre modalidades consignadas e estratégias de venda agressivas tem contribuído para situações de endividamento involuntário, configurando ambiente propício a práticas abusivas. (...)

As conversas interceptadas indicam a participação ativa de ALEXANDRE MOREIRA GUIMARÃES em tratativas destinadas à ocultação e proteção de bens pertencentes a ANTONIO, especialmente após medidas cautelares já decretadas em seu desfavor. A partir das

**PET 15041 / DF**

mensagens, verificou-se que ALEXANDRE mantém relação direta com RODRIGO e com o advogado ERIK JANSON VIEIRA MONTEIRO MARINHO, este último sócio da empresa Flight Way S/A, proprietária da aeronave AS350 B12, prefixo PR-OFA, sobre a qual ALEXANDRE questiona ANTONIO a respeito de eventual negociação. (fl. 540 e 573)

179. ALEXANDRE é apontado como um parceiro de negócios de ANTÔNIO CAMILO reiteradamente acionado para coordenar, executar e intermediar operações destinadas à dissimulação da propriedade e da origem de bens pertencentes ao líder do grupo.

180. Os diálogos colhidos demonstram que ALEXANDRE GUIMARÃES participou ativamente de tratativas voltadas à ocultação e proteção de patrimônio ilícito, sobretudo após a deflagração de medidas judiciais que comprometeram a capacidade de ANTÔNIO CAMILO de movimentar livremente seus ativos. Em uma dessas frentes, Alexandre assumiu papel central na intermediação da venda de um imóvel de alto padrão, localizado no Condomínio Villavista Golf, avaliado em aproximadamente R\$ 15 milhões e registrado formalmente em nome de terceira pessoa, apesar de pertencer, de fato, ao líder da organização (fl. 573).

## **HEITOR SOUZA CUNHA (CPF 351.994.068-09)**

181. O investigado de HEITOR SOUZA CUNHA, inscrito no CPF 351.994.068-09, é classificado pela Polícia Federal como integrante do núcleo administrativo/servidores da organização criminosa que orbitava em torno de ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES. Durante o transcurso do esquema, em abril de 2024, HEITOR passa a ocupar o cargo de Diretor Executivo da Caixa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (CAIXA DTVM).

**PET 15041 / DF**

182. O nome do investigado aparece expressamente no item 2.2.2 da representação policial, o qual trata de Hélio Marcelino Loreno e Heitor Souza Cunha, caracterizando-os como servidores ou agentes com funções internas relevantes para a manutenção das estruturas empresariais e administrativas utilizadas pelo grupo.

183. Nas mensagens acostadas na fl. 854 da representação, há indício de conversas entre ADELINO e HEITOR em que este último solicita um adiantamento de 20 mil, em razão de ter saído sua “autorização para o cargo de diretor”. Em junho de 2024, HEITOR recebe mais dez mil reais repassados por ADELINO (fl. 855)

184. Em dezembro de 2024, HEITOR pergunta que horas poderia se encontrar com DOMINGOS, pois sustenta que em 2025 iriam “arrepiar”, informando, ainda, que iria tentar ajudar “neste negócio de associação” (fl. 858). Também há indícios de que MILTON teria viabilizado o custeio da hospedagem de HEITOR no B Hotel em Brasília (fl. 863).

185. HEITOR tinha uma relação tão estreita com MILTON que chegou a solicitar a este último para pagar uma coisa para ele. Sequer chega a mencionar na mensagem do que se trataria, mas solicitou um pouco mais de sete mil reais e disse que tal valor poderia ser descontado do pagamento. Um dia depois, já em 02/04/2025, HEITOR recebe quinze mil reais de MILTON (fl. 865). Os laços de proximidade entre HEITOR, DOMINGOS e MILTON fica muito claro com a foto de fl. 866. DOMINGOS chega a considerar HEITOR um sócio no “negócio da CAIXA” (fl. 866).

**SILVIO ROBERTO MACHADO FEITOZA (CPF 288.143.121-68).**

186. O investigado SÍLVIO ROBERTO MACHADO FEITOZA foi classificado pela Polícia Federal como um dos integrantes do esquema

**PET 15041 / DF**

criminoso estruturado por ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES.

187. A representação policial dedica seção específica a ele (item 2.1.19), inserindo-o entre os indivíduos que atuavam na constituição, manutenção e operação das empresas utilizadas para a lavagem de capitais e para a sustentação do sistema de descontos associativos fraudulentos. Segundo a Polícia Federal, SÍLVIO FEITOZA atuava com:

*“o assessoramento na realização e fechamento de negócios do investigado, operação de contas bancárias, dentre outras funções típicas de diretor financeiro, mas também deve-se destacar posições ocupadas por SILVIO que extrapolam o exercício da atividade empresarial, mais se aproximando da articulação e participação para o cometimento do crime de lavagem de capitais.”(fl. 696)*

188. SÍLVIO era parceiro de negócios de ANTÔNIO CAMILO, tendo, inclusive, participado intensamente das tratativas para a alienação de uma laje em Curitiba. Nos termos do que a Polícia Federal sustenta:

*“As evidências reunidas indicam que SILVIO ROBERTO MACHADO FEITOZA desempenhava funções típicas de um diretor financeiro dentro do esquema criminoso liderado por ANTÔNIO CAMILO, atuando muito além do simples assessoramento administrativo. SILVIO geria contas bancárias, coordenava pagamentos, assessorava o investigado em negociações estratégicas e participava de viagens destinadas à venda de imóveis, além de intermediar tratativas com advogados e operadores financeiros. Esse conjunto de atribuições revela um papel material na ocultação e dissimulação patrimonial, compatível com atividades estruturais de lavagem de capitais.” (fl. 719)*

189. A atuação de SÍLVIO ROBERTO FEITOZA, portanto, se insere precisamente no fluxo da ocultação e dissimulação da origem dos valores.

190. Apresentado o contexto fático dos ilícitos imputados pela

PET 15041 / DF

autoridade policial a cada um dos investigados acima discriminados, passa-se à análise do requerimento da autoridade policial de decretação de prisão preventiva.

## II. Dos pedidos de Prisão Preventiva

191. Em sua representação, a autoridade policial requereu a prisão preventiva dos seguintes investigados: *(i)* ROMEU CARVALHO ANTUNES (CPF 060.644.331-24); *(ii)* THIAGO SCHETTINI BATISTA (CPF 708.741.231-00); *(iii)* DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (CPF 327.327.161-20); *(iv)* ADELINO RODRIGUES JÚNIOR (CPF 727.462.111-49); *(v)* RUBENS OLIVEIRA COSTA (CPF 858.951.721-72); *(vi)* ALEXANDRE CAETANO (CPF 287.157.991-15); *(vii)* MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR (CPF 276.194.191-87); *(viii)* ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS (CPF 860.821.981-91); *(ix)* PAULO GABRIEL NEGREIROS (CPF 096.957.534-05); *(x)* ALEXANDRE GUIMARÃES (CPF 238.484.481-49); *(xi)* MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR (CPF 028.008.824-84); *(xii)* RODRIGO MORAES (CPF 226.362.728-60); *(xiii)* GUSTAVO MARQUES GASPAR (CPF 780.238.663-20); *(xiv)* ADROALDO DA CUNHA PORTAL (CPF 648.225.400-49); *(xv)* HELIO MARCELINO LORENO (CPF 315.730.536-00); e *(xvi)* WEVERTON ROCHA MARQUES DE SOUZA (CPF 629.293.993-68).

192. O requerimento de prisão preventiva formulado pela PF em face de dezesseis investigados foi formulado com alicerce nos seguintes fundamentos:

“A segregação cautelar da liberdade dos investigados, afastando-os fisicamente dos elementos de materialidade dos crimes, revela-se como o único meio eficaz para assegurar a higidez da persecução penal e a preservação do interesse público. Apenas a prisão

PET 15041 / DF

preventiva mostra-se capaz de garantir a efetividade da investigação, impedir interferências indevidas e assegurar que, ao final, os responsáveis estejam sujeitos às consequências da sentença, tutelando-se, assim, a própria regularidade do processo penal. (...)

Tem-se, portanto, que a prisão preventiva constitui a única medida apta a afastar o risco que a atuação dos investigados representa aos valores jurídicos tutelados pelo art. 312 do Código de Processo Penal, especialmente diante da prática de crimes dolosos punidos com penas superiores a quatro anos, como lavagem de capitais, crimes contra o sistema financeiro nacional e organização criminosa. Noutro giro, a Polícia Federal, por meio do Delegado de Polícia Federal signatário, entende que a gravidade das condutas descortinadas é significativamente ampliada pela estreita vinculação entre os crimes antecedentes e os subsequentes atos de lavagem de capitais. Os indivíduos responsáveis pela operacionalização da fraude — verdadeiras engrenagens indispensáveis para a obtenção do proveito econômico imediato — atuam logo após ou durante a prática criminosa como elos centrais na dissimulação, ocultação, integralização e posterior distribuição de vantagens indevidas a agentes públicos, utilizando valores oriundos das atividades ilícitas. Tais circunstâncias reforçam a necessidade de medidas restritivas de liberdade, diante da gravidade concreta que revela o *periculum libertatis*, em absoluta consonância com os fundamentos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal: garantia da ordem pública; garantia da ordem econômica; conveniência da instrução criminal e assecuramento da aplicação da lei penal. (fl. 885)

193. Conforme propugnado pelas autoridades policiais, reputo presentes, neste caso, os pressupostos e requisitos permissivos da medida cautelar pleiteada em relação à treze dos dezesseis representados. Em relação a três investigados, entendo ser o caso de deferimento de outras medidas, diversas da prisão. Explico.

PET 15041 / DF

194. Estabelece o art. 282 do Código de Processo Penal, quanto à aplicação de toda e qualquer medida cautelar criminal, a necessidade de observância de sua efetiva necessidade para a aplicação da lei penal, para a investigação ou instrução criminal e, nos casos previstos, para evitar a prática de infrações penais. Ademais, imperioso que a medida cautelar seja adequada à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.

195. Nos termos do que tenho considerado nos feitos de natureza penal, o decreto de prisão preventiva, como medida cautelar que é, não é marcado por um juízo de certeza absoluta, mas por uma avaliação de probabilidade, tomado em cognição não exauriente. Como adverte Gustavo Badaró, “a questão da certeza é estranha ao processo cautelar”, no qual o juiz decide com base no *fumus commissi delicti*, tomado em cognição sumária, justamente em razão da urgência da medida (BADARÓ, Gustavo. Processo Penal. São Paulo: RT, 2016, p. 992).

196. *In casu*, há fortes indícios de que os investigados acima apontados organizaram uma complexa estrutura para a prática de crimes com uma profunda repercussão negativa na sociedade. Apropriaram-se indevidamente de valores dos beneficiários do INSS e promoveram a lavagem de quantias expressivas por meio da criação de empresas de fachada, investimentos no exterior e emissão de notas fiscais não amparadas por serviços efetivamente prestados. Demais disso, a estrutura montada por meio de empresas de fachada possibilita a continuidade da prática de ilícitos, inclusive em outras áreas, como na saúde e na educação, e faz surgir a necessidade de se impedir que os investigados inviabilizem o acesso a provas adicionais que podem existir.

197. Nesse diapasão, além do pressuposto do *fumus commissi delicti*, o decreto de prisão preventiva exige também a verificação de ao menos uma das quatro hipóteses do *periculum libertatis*, previstas no art. 312 do

PET 15041 / DF

Código de Processo Penal, cujo caput estabelece:

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

198. No presente caso, está caracterizado o *fumus comissi delicti*, consubstanciado nos fundados indícios de participação dos investigados nos graves crimes apurados na “Operação Sem Desconto”, e estão presentes também os requisitos do *periculum libertatis*, tanto no que se refere à (i) conveniência da instrução criminal, tendo em vista a ampla rede de conexões dos investigados, a contínua utilização de mecanismos para ocultar os rastros dos crimes e a elevada possibilidade de eliminação e manipulação de documentos e provas capazes de elucidar detalhes da prática criminosa; (ii) garantia da ordem pública, haja vista a necessidade de pacificação social por meio da criação de um sentimento na sociedade de resposta célere do sistema de justiça a um delito de elevadíssima repercussão social, com dimensões milionárias, risco de reiteração delitativa e um alcance subjetivo que impactou a vida de milhões de brasileiros, e à (iii) futura aplicação da lei penal, uma vez considerados os indícios de continuidade de práticas delitivas com enorme impacto social e econômico, lavagem de capitais e ocultação e dilapidação do patrimônio obtido ilicitamente. Evita-se, com a custódia, a destruição ou alteração de provas; a combinação de versões com outros integrantes da organização criminosa; a ocultação de ativos e documentos empresariais; a influência sobre funcionários das empresas investigadas.

199. A verificação de apenas um dos três requisitos do *periculum libertatis*, apontados supra, bastaria, em tese, para justificar a medida extrema de segregação cautelar dos investigados, não obstante os três se verifiquem cumulativamente no caso concreto. A clara presença dos

PET 15041 / DF

referidos requisitos também foi reconhecida pela Procuradoria-Geral da República, *dominus litis*, para a qual:

Diante da reconstrução probatória, conclui-se que o quadro fático em exame autoriza, neste estágio, o deferimento da prisão cautelar de Romeu Carvalho Antunes, Tiago Schettini Batista, Domingos Sávio de Castro, Adelino Rodrigues Junior, Rubens Oliveira Costa, Alexandre Caetano dos Reis, Milton Salvador de Almeida Júnior, Eric Douglas Martins Fidelis, Paulo Gabriel Negreiros, Alexandre Guimarães, Rodrigo Moraes, Gustavo Marques Gaspar e Helio Marcelino Loreno. (fls. 33-34 do e.Doc 63)

200. A respeito dos requisitos da prisão preventiva, destaco a jurisprudência deste Pretório Excelso, citando, exemplificativamente o que decidido no HC nº 152.725-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 23/03/2018, p. 09/04/2018; e no HC nº 162.041-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Edson Fachin, j. 28/06/2019, p. 01/08/2019.

201. Rememoro, ainda, as ponderações feitas pelo Ministro Nunes Marques em voto proferido no HC nº 206.987-AgR, Segunda Turma, j. 19/12/2022, p. 20/03/2023, no qual figurei como redator para o acórdão. Na oportunidade, Sua Excelência pontuou, com esteio na jurisprudência da Corte, que a necessidade a segregação cautelar está justificada, na garantia da ordem pública, nos casos em que demonstrada “a gravidade concreta dos crimes imputados, o relevante papel do paciente na complexa organização criminosa, o seu poder de influência revelado nos autos e o risco concreto e razoável de reiteração delitiva”. De outro, a medida cautelar excepcional justifica-se na garantia da aplicação da lei penal, quando verificada “a existência de quantias ainda não recuperadas e de possível movimentação dos valores, inclusive no exterior”. Como já demonstrado, é precisamente esse o caso dos autos.

202. E na linha do quanto recentemente pontuado pelo e. Ministro Dias Toffoli no HC nº 260.221, de 20/08/2025, esta Corte registra diversos

**PET 15041 / DF**

“precedentes no sentido de ser legítima a tutela cautelar que tenha por fim resguardar a ordem pública quando evidenciada a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa”. Confira-se, a respeito: RHC nº 121.046, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 14/04/2015 p. 26/05/2015; HC nº 124.911-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, j. 10/02/2015, p. 04/03/2015; RHC nº 122.462, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, j. 26/08/2014, p. 09/09/2014; HC nº 112.250-MC, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, j. 28/02/2012, p. 21/03/2012.

203. Por fim, saliento que, em relação aos investigados acima mencionados, se mostram insuficientes, neste momento, as medidas diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, consoante se extrai da representação policial, que foi categórica, no sentido de que somente as prisões garantirão que as investigações sejam eficazes.

204. As medidas menos gravosas não ostentam, em relação a eles, o condão de obstar o cenário de risco às investigações, à apuração dos produtos ilícitos e à sua futura recuperação, apresentado pela Polícia Federal. A liberdade dos investigados compromete, assim, de modo direto a efetividade da investigação e a confiança social na Justiça penal. Permitir que tais agentes permaneçam em liberdade significa manter em funcionamento uma organização criminosa que já alcançou centenas de milhares de vítimas. Sob outro prisma, há risco concreto de destruição de provas, pois os investigados têm acesso a documentos sensíveis e possuem domínio sobre empresas, arquivos e cofres.

205. A organização criminosa demonstra altíssima capacidade de reorganização, mesmo após deflagração de operações. Acaso permaneçam em liberdade, há o elevado risco de articulação com agentes políticos e da continuidade da prática de ocultação e reciclagem de

PET 15041 / DF

capitais por meio da utilização de empresas de fachada, inclusive no âmbito internacional.

206. Mesmo após a deflagração da operação de abril deste ano, o filho de ANTÔNIO CAMILO assumiu o lugar do pai para continuidade da lavagem e a organização criminoso procurou ampliar atividades com novos contratos e empresas; continuou a fazer circular valores em espécie em operações internacionais. Assim, no que diz respeito ao elemento da contemporaneidade, as atividades criminosas continuaram ocorrendo mesmo após o início do inquérito e as operações dele decorrentes.

207. Com base em tais razões, associadas à minuciosa descrição da prática contínua e reiterada de condutas ilícitas por parte dos investigados, os quais ocupam postos chave na organização criminoso, inclusive, entendo ser o caso de deferimento do pedido de prisão preventiva formulado pela Polícia Federal.

208. De outro bordo, em relação aos investigados *(i)* MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR (CPF 028.008.824-84); *(ii)* HÉLIO MARCELINO LORENO e *(iii)* WEVERTON ROCHA MARQUES DE SOUZA (CPF 629.293.993-68); em que pese restar demonstrada a existência de indícios acerca de sua aparente participação no esquema criminoso, entendo ser o caso de adoção de medidas diversas, pelas razões abaixo elencadas.

209. Em relação a MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR (CPF 028.008.824-84), de fato, são indicados robustos indícios de seu potencial envolvimento no esquema, especialmente diante do pagamento de vantagens pessoais em seu benefício, por ANTÔNIO CAMILO, durante período em que o investigado ocupava cargo estratégico no INSS (de Superintendente da Região Nordeste).

210. Ocorre que desde 2023 o investigado ocupa função em outra autarquia federal, o DNIT, passando a desempenhar atividades que não

PET 15041 / DF

guardam correlação direta com os fatos investigados. Do mesmo modo, não lhe se são apontadas outras condutas, que tenham sido praticadas após a assunção da nova ocupação profissional. Trata-se de conjuntura que, em relação especificamente a esse investigado, torna duvidosa a contemporaneidade da sua participação no esquema. Por esse elemento distintivo, entendo não preenchidos, no presente momento, os requisitos normativos exigidos para a decretação da sua prisão preventiva. Entendo ser o caso, contudo, de **determinar a sua monitoração eletrônica com restrição de contato com outros investigados.**

211. No que tange a HÉLIO MARCELINO LORENO, verifica-se da representação policial que sua participação na organização estaria subjetivamente vinculada às pessoas de DOMINGOS SÁVIO e HEITOR SOUZA CUNHA, em ramo do esquema criminoso que buscava obter vantagens ilícitas a partir de ingerência na Caixa Econômica Federal, diante da posição ocupada por HEITOR na estrutura organizacional do banco.

212. Nada obstante, apesar do notório conjunto de elementos colhidos em relação ao investigado HÉLIO, inclusive com o pagamento de vantagens pessoais em seu favor, por atuação direta de ADELINO, operador também ligado a DOMINGOS SÁVIO, fato é que, no que concerne especificamente ao outro investigado por participação nessa específica ramificação do esquema (junto ao banco público), a autoridade policial representou pela adoção de medida de monitoração eletrônica.

213. Nesse contexto, diante da similitude de condutas praticadas por HÉLIO e HEITOR, sendo tratados em tópico conjunto da representação inclusive, buscando conferir isonomia entre todos os investigados, entende-se que a mesma medida expressamente solicitada em relação a um deve ser aplicada em face do outro, em conjunto com a proibição de se comunicar com os investigados.

PET 15041 / DF

214. No que concerne à situação específica do investigado SENADOR WEVERTON, a Polícia Federal apresenta fortes indícios do seu envolvimento em relação à prática dos ilícitos envolvendo descontos em benefícios previdenciários pagos pelo INSS. Contudo, assiste razão ao MPF quando opina pelo descabimento da decretação da prisão preventiva, nos seguintes termos:

“o panorama probatório apresentado é assentado em inferências ainda não consolidadas. Até o momento, não se demonstrou vínculo direto entre o parlamentar e a execução das condutas ilícitas, nem recebimento de valores ilícitos. O simples fato de ex-assessores terem sido destinatários de valores não autoriza, automaticamente, a extensão de responsabilidade ao titular do mandato sem base fática robusta que o vincule. (...)”

Não se afirma inexistência de eventual prática ilícita, mas que, neste momento, os elementos disponíveis são frágeis para sustentá-la. A própria narrativa policial oscila: ora atribui ao Senador posição de liderança e comando sobre o esquema; ora relativiza essa premissa, admitindo cuidar-se apenas de influência e inserção em níveis superiores sem atribuição de direção máxima. Neste estágio, há mais dúvidas a esclarecer do que certezas aptas a embasar a medida extrema, mostrando-se prematura a conclusão de que o parlamentar exerceria liderança superior à de Antônio Carlos” (fls. 42-43 do e.Doc 63).

215. Sob outro prisma, a decisão judicial que determina a prisão de um parlamentar acarreta efeitos drásticos em uma república, notadamente por inviabilizar o pleno exercício do mandato parlamentar. Por mais que seja possível citada medida, cuida-se de provimento judicial que exige extrema cautela. Sob outro aspecto, a existência de um mais intenso controle social da atuação parlamentar mitiga o risco de atos por referido investigado que sejam contrários ao bom andamento deste procedimento investigativo. Tais circunstâncias tornam desaconselhável,

PET 15041 / DF

por ora, a decretação da prisão preventiva do Senador WEVERTON ROCHA MARQUES DE SOUZA.

216. Passo a analisar o **pedido formulado pelo MPF de decretação da prisão preventiva de: (i) ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA, (ii) SÍLVIO ROBERTO MACHADO FEITOZA e (iii) ALDO LUIZ FERREIRA.**

217. Em seu parecer, o MPF requer a decretação a prisão preventiva desses três investigados em relação aos quais a Polícia Federal apenas formulou pedido de monitoração eletrônica, firme nas seguintes razões:

“O perigo concreto de liberdade de Aldo Luiz Ferreira, Rodrigo Moraes, Sílvio Roberto Machado Feitoza e Alexandre Moreira da Silva decorre do fato de que, mesmo após a deflagração da operação em abril de 2025, seguiram executando, ou prestando auxílio direto a Antônio Carlos em etapas relevantes do ciclo de lavagem, recorrendo à sucessiva constituição de novas pessoas jurídicas, à continuidade da circulação dos recursos e à manutenção ativa das estruturas de ocultação patrimonial. (...) Alexandre Moreira da Silva auxiliou Antônio tanto na venda do imóvel localizado em Trancoso quanto na alienação de aeronaves - entre elas, helicóptero modelo AS 350 B1 e aeronave prefixo PR-OFA. Ele também sugeriu formas de ocultação imobiliária, chegando a orientar Antônio quanto ao destino de imóveis avaliados em R\$ 23 milhões, o que demonstra apoio concreto às estratégias de frustração da recomposição do erário.

Aldo Luiz Ferreira aparece, também, como facilitador de movimentação financeira clandestina. Interlocuções revelam que Antônio passou a recorrer a ele para viabilizar pagamentos em espécie após a deflagração da operação. Em 7.8.2025, Antônio transferiu R\$ 150.000,00 da RPD L Construtora e Incorporadora S/A para a Spyder Intermediação e Consultoria Ltda., numerário disponibilizado por Aldo. Paralelamente, diálogos de julho de 2025 sugerem entrega de valores físicos ao investigado:

PET 15041 / DF

em 4.7.2025, mensagens indicam tratativa provável de repasse de dinheiro; em 11.7.2025, Aldo fornece endereço para recepção de “encomenda”, e Antônio comunica que terceiro faria a retirada.

Embora o envolvimento de Sílvio Roberto Machado Feitoza tenha sido demonstrado apenas em eventos recentes, sua posição de subordinação a Antônio Carlos e a insistência em auxiliá-lo mesmo após a repercussão nacional do seu envolvimento nos ilícitos recomendam sua custódia preventiva. Ele detém acesso a fluxos financeiros e a registros patrimoniais sensíveis e já demonstrou disposição em dar continuidade às práticas delitivas, seguindo ordens de Antônio e Romeu mesmo ciente da sua ilicitude.” (fls. 38-40 do e.Doc 63)

218. Consoante muito bem observado pelo *parquet* em sua manifestação, há fortes indícios nos autos de que ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA, SÍLVIO ROBERTO MACHADO FEITOZA e ALDO LUIZ FERREIRA não desistiram de continuar na empreitada criminosa mesmo após as medidas judiciais deflagradas em abril deste ano e mesmo após o caso ter se tornado de repercussão nacional. As mensagens de *whatsapp* transcritas nas fls. 532, 534-538, 541-542, 545-546, 548-558, 696-697 e 699-708 demonstram que ALEXANDRE MOREIRA, SÍLVIO ROBERTO e ALDO LUIZ, mesmo após abril de 2025, deram regular andamento às conversas com ANTÔNIO CAMILO para viabilizar a continuidade dos ilícitos.

219. Nesse contexto, a preservação dos três em liberdade poderá contribuir para não apenas a continuidade dos crimes, mas, também, para a ocultação de provas e de bens. Assim, a prisão preventiva há de ser decretada em relação a esses três investigados, notadamente para assegurar a conveniência da instrução criminal e a futura aplicação da lei penal, uma vez considerados os riscos de ocultação de provas e de bens, bem como os indícios de continuidade de práticas delitivas de elevada

PET 15041 / DF

gravidade e repercussão social.

220. Assim, com fundamento nos artigos 282, 311 e 312 do Código de Processo Penal e com alicerce em toda fundamentação acima, **ACOLHO o pedido de PRISÃO PREVENTIVA DOS INVESTIGADOS:** (i) ROMEU CARVALHO ANTUNES; (ii) THIAGO SCHETTINI BATISTA; (iii) DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO; (iv) ADELINO RODRIGUES JUNIOR; (v) RUBENS OLIVEIRA COSTA; (vi) ALEXANDRE CAETANO; (vii) MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR; (viii) ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS; (ix) PAULO GABRIEL NEGREIROS; (x) ALEXANDRE GUIMARÃES; (xi) RODRIGO MORAES; (xii) GUSTAVO MARQUES GASPAR; (xiii) ADROALDO DA CUNHA PORTAL<sup>1</sup>; (xiv) ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA, (xv) SÍLVIO ROBERTO MACHADO FEITOZA e (xvi) ALDO LUIZ FERREIRA.

221. No caso específico de ADROALDO DA CUNHA PORTAL, há informação da Polícia Federal em sua representação (fl. 887) de que referido investigado é pessoa com deficiência física que “*demanda cuidados especiais e contínuos que não podem ser integralmente atendidos no ambiente prisional*”. Por essa razão, a PF requer a conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar, o que deve ser acolhido com fundamento no art. 318, inciso II, do CPP<sup>2</sup> e na necessidade de respeito à dignidade da pessoa com deficiência assegurado pelo art. 3º, alínea “a” do Decreto nº 6.949/2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> prisão preventiva foi convertida em prisão domiciliar.

<sup>2</sup> Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:  
(...) II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;

<sup>3</sup> Art. 3º Princípios Gerais. Os princípios da presente Convenção são: a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas;

PET 15041 / DF

222. Converto, assim, a prisão preventiva de ADROALDO DA CUNHA PORTAL em prisão domiciliar com acréscimo de sua monitoração eletrônica e a proibição de se comunicar com os demais investigado na “Operação Sem Desconto”.

223. Em relação aos investigados (i) MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR (CPF 028.008.824-84) e (ii) HÉLIO MARCELINO LORENO, em substituição ao pedido de prisão preventiva, entendo, na forma da fundamentação acima, ser o caso de determinar a sua monitoração eletrônica com proibição de comunicação com os demais investigados.

224. No que concerne ao Senador WEVERTON ROCHA MARQUES DE SOUZA (CPF 629.293.993-68), acompanho o parecer do MPF e não acolho o pedido de decretação de sua prisão preventiva.

### III. Do Pedido de medidas cautelares diversas da prisão

225. Além dos pedidos de prisão preventiva, a autoridade policial representou pela adoção da medida de monitoração eletrônica (tornozeleira eletrônica) em relação a: (i) CRISTIANA ALCANTARA ALVES ZAGO (CPF 860.821.081-91); (ii) ERICK JANSON VIEIRA MONTEIRO MARINHO (CPF 804.746.833-20); (iii) ALEXANDRE MOREIRA (CPF 228.895.468-02); (iv) ALDO LUIZ FERREIRA (CPF 046.324.968-20); (v) HEITOR SOUZA CUNHA (CPF 351.994.068-09); (vi) ROBERTA LUCHSINGER (CPF 066.040.366-85); (vii) DANIELLE MIRANDA FONTENELES (CPF 512.936.171-72); e (viii) SILVIO ROBERTO MACHADO FEITOZA (CPF 288.143.121-68).

226. A Polícia Federal também requer a adoção das seguintes medidas judiciais diversas da prisão:

PET 15041 / DF

- a) Afastamento cautelar do investigado ADROALDO, do exercício da função de Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social;
- b) Afastamento cautelar do servidor MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR (CPF 028.008.824-84) do exercício da função de Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
- c) Afastamento cautelar de HEITOR SOUZA CUNHA (CPF 351.994.068-20) do exercício das suas funções na Caixa Econômica Federal.

227. Em relação aos investigados acima, a Polícia Federal sustenta a eficácia e proporcionalidade na adoção de medidas cautelares diversas da prisão com amparo nos seguintes argumentos:

Por outro lado, aqueles que, embora cientes da origem ilícita dos recursos, não integrem a engrenagem essencial do crime antecedente e passem a atuar apenas posteriormente, mediante a celebração de negócios jurídicos voltados à lavagem de capitais, situam-se — na ótica deste órgão investigador — em patamar de menor gravidade. Não obstante, suas condutas justificam a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, sobretudo em razão das vinculações com o Poder Público, que representam risco potencial à ordem pública, à instrução criminal e ao regular desenvolvimento da persecução penal.

Nestes últimos, a imposição da medida cautelar prevista no art. 319, IX, do Código de Processo Penal — monitoração eletrônica — revela-se suficiente e adequada para:

- a) permitir o acompanhamento efetivo da localização do investigado;
- b) impedir seu afastamento da comarca ou o contato com outros investigados;

PET 15041 / DF

c) evitar eventuais tentativas de obstrução da investigação; e

d) resguardar os interesses tutelados pelo processo penal, sem necessidade de encarceramento.

A medida é, portanto, proporcional, idônea e menos lesiva do que a prisão preventiva, atendendo integralmente às finalidades previstas no art. 282 do CPP. (fls. 772-773)

228. A matéria das medidas cautelares diversas da prisão é disciplinada pelos arts. 319 e 320 do CPP, *in verbis*:

Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão:

I - comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;

II - proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações;

III - proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante;

IV - proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução;

V - recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos;

VI - suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais;

VII - internação provisória do acusado nas hipóteses de

PET 15041 / DF

crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração;

VIII - fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial;

IX - monitoração eletrônica.

Art. 320. A proibição de ausentar-se do País será comunicada pelo juiz às autoridades encarregadas de fiscalizar as saídas do território nacional, intimando-se o indiciado ou acusado para entregar o passaporte, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

229. Com razão a PF ao requerer a substituição da prisão preventiva de parte dos investigados pela adoção de medidas de monitoração eletrônica. Essas medidas mostram-se mais proporcionais ao caso em relação a quem foram dirigidos tais pedidos. A monitoração terá condições de cumprir a função de vigilância e supervisão dos investigados para evitar que atuem contra a produção de provas e de modo contrário aos interesses do sistema de justiça. Ela também permitirá a análise da continuidade ou não das relações e diálogos entre os investigados, a fim de se verificar o estado de permanência dos ilícitos. Por meio da monitoração eletrônica, será, portanto, possível acompanhar os deslocamentos do investigado; evitar reuniões presenciais entre os investigados na “Operação Sem Desconto”; reduzir o risco de continuidade delitiva.

230. Em razão da discordância do MPF quanto ao pedido da Polícia Federal da adoção da medida de monitoração eletrônica em relação a ROBERTA LUCHSINGER e DANIELLE MIRANDA FONTELES, passo a analisar a situação específica dessas duas investigadas.

PET 15041 / DF

231. No caso específico de ROBERTA, há farta documentação nos autos demonstrando que ela se utiliza de empresas de fachada para receber recursos oriundos de empresa do grupo de ANTÔNIO CAMILO sem qualquer documentação capaz de atestar os serviços supostamente prestados. Os projetos a serem executados pela empresa de ROBERTA denominada RL CONSULTORIA E INTERMEDIações tinham, por exemplo, nomes como “Projeto Energia”, “Projeto Esmagadoras” e “Projeto Hidrogênio” (fl. 646) e fugiam por completo das atividades da BRASÍLIA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, empresa de ANTÔNIO CAMILO que contratou os serviços.

232. ANTÔNIO CAMILO chega a solicitar a MILTON que oriente ROBERTA a emitir notas fiscais (fl. 647), o que fortalece a tese de que ROBERTA recebia recursos das empresas de ANTÔNIO não pelos serviços mencionados nos contratos firmados, mas como contraprestação pelos serviços de ROBERTA e de eventual terceiro que ela intermediava para viabilizar a continuidade do vasto esquema criminoso.

233. A inequívoca demonstração do conhecimento de ROBERTA de que estaria fazendo algo ilícito pode ser, por exemplo extraída da mensagem por ela enviada a ANTÔNIO CAMILO afirmando: “*E Antônio, some com esses telefones. Joga fora.*” (fl. 652).

234. Em relação a DANIELLE MIRANDA FONTENELES, por sua vez, também seria temerário não adotar qualquer medida constritiva em relação a ela, tendo em vista o seu elevado envolvimento com os negócios ilícitos de ANTÔNIO CAMILO. Ela, por exemplo, foi beneficiária da quantia total de R\$ 13.108.767,68 provenientes de ANTONIO CAMILO (fl. 592). DANIELLE estava viabilizando operações no exterior, especialmente em Portugal, para ANTÔNIO CAMILO, tal como no caso dos seguintes projetos: 1. AHARA; 2. GALPÃO DE AVEIRO; 3. C3-CASCAIS – Projeto entre Universidades Brasil/Alemanha; 4. BRID; 5. ZP

PET 15041 / DF

–(fl. 604). Há, nesse cenário, elevada probabilidade de que todos esses projetos tenham como real objetivo a lavagem, no exterior, dos recursos ilícitos obtidos por ANTÔNIO CAMILO.

235. Caso nenhuma medida constritiva seja adotada em relação a ROBERTA e a DANIELLE, além do real risco de fuga do país, elas poderão adotar um comportamento capaz de viabilizar a continuidade dos ilícitos, especialmente em outras áreas para além do Ministério da Previdência, e de difundir projetos criminosos com abrangência internacional.

236. Por fim, o reconhecimento do MPF (e.Doc 62 da Pet 15.066) acerca da necessidade de cooperação jurídica internacional visando ao bloqueio de imóveis e ativos estruturados por ANTÔNIO CAMILO no exterior se harmoniza com a importância da ideia de se decretar a monitoração eletrônica dessas duas investigadas, pois elas são as protagonistas nos projetos internacionais do referido investigado.

237. **ACOLHO**, portanto, com fundamento no art. 319, IX, do CPP, **o pedido de monitoração eletrônica dos investigados: (i) CRISTIANA ALCANTARA ALVES ZAGO ; (ii) ERICK JANSON VIEIRA MONTEIRO MARINHO; (iii) HEITOR SOUZA CUNHA; (iv) ROBERTA LUCHSINGER; (v) DANIELLE MIRANDA FONTENELES; (vi) MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR; (vii) HÉLIO MARCELINO LORENO; e, (viii) ADROALDO DA CUNHA PORTAL.**

238. **INDEFIRO** o pedido de monitoração eletrônica de (i) ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA, (ii) SÍLVIO ROBERTO MACHADO FEITOZA e de (iii) ALDO LUIZ FERREIRA, haja vista que restou prejudicado pela decretação de suas prisões preventivas.

239. Passo a analisar o pedido apresentado pela Polícia Federal de afastamento (i) do investigado ADROALDO do exercício da função de Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social; (ii) do servidor

PET 15041 / DF

MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR do exercício da função de Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; e, (iii) do investigado HEITOR SOUZA CUNHA do exercício da sua função de confiança na Caixa Econômica Federal.

240. O afastamento de função pública por medida judicial é autorizado expressamente pelo art. 319, VI, do CPP, *in verbis*:

Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão:

(...)

VI - suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais;

241. A gravidade dos fatos imputados a ADROALDO e a HEITOR desautoriza que ambos continuem a desempenhar funções públicas de elevada envergadura como as que atualmente estão ocupando. No caso de ADROALDO, especificamente, trata-se de posição institucional que, a toda evidência, guarda íntima conexão temática com os ilícitos ora investigados. Caso pudesse ser mantido na função de Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social, haveria o elevado risco de continuidade do uso da função pública para a prática de ilícitos, bem como para obstruir a investigação em curso.

242. ADROALDO fez movimentações suspeitas de valores elevados em sua conta bancária, bem como foi encontrada uma planilha na casa de ANTÔNIO CARLOS no dia 23/04/2025 com registro de pagamento de propina no valor de 50 mil reais em favor de "ADRO".

243. Em relação a HEITOR, o próprio contexto de sua nomeação para o cargo de Diretor Executivo da Caixa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (CAIXA DTVM), marcado por intensa troca de mensagens com ADELINO, por meio das quais são feitas indagações

PET 15041 / DF

destinadas a obtenção de dados que seriam de interesse da organização, tendo o recém nomeado se colocado, ainda, à disposição para “ajudar neste negócio de associação”, apontam para a tentativa de instrumentalização da função ocupada, com o aparelhamento do cargo para fins ilícitos.

244. No âmbito desta Corte, há precedentes no sentido da possibilidade de se decretar o afastamento de agente público de suas funções na hipótese de gravidade elevada da infração penal e, ainda, a fim de se evitar, *verbi gratia*, a perpetuação do ilícito. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

#### Ementa

Penal e Processo Penal. inquérito Judicial. Agravo Regimental. Medida Cautelar diversa da prisão. Afastamento de função Pública. art. 319, VI, do CPP. Recurso desprovido. 1. A suspensão cautelar do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira, no âmbito do processo penal, tem por objetivo obstar a prática de infrações criminais. 2. A decretação da medida cautelar diversa da prisão pela autoridade judicial, competente à época da decisão, observou os parâmetros do art. 282 e seguintes do Código de Processo Penal, pois a privação da liberdade é medida que deve ser adotada como *ultima ratio*. 3. Há indícios de que o magistrado persistiu na prática delitiva, o que justifica a manutenção da medida. A relevância e dignidade da judicatura ampliam a potencialidade lesiva da conduta. 4. Mostram-se suficientes as razões invocadas na instância de origem para fundamentar a medida ora impugnada, porquanto contextualizaram, em dados concretos dos autos, a necessidade cautelar de afastar o agravante de suas funções. 5. Agravo regimental desprovido. (AC 3873 AgR. Órgão julgador: Primeira Turma. Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO. Julgamento: 19/05/2015. Publicação: 18/06/2015) (Grifamos)

PET 15041 / DF

## Ementa

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. (...) MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. NECESSIDADE E PROPORCIONALIDADE. AFASTAMENTO CAUTELAR DE CARGO. PROIBIÇÃO DE ACESSO, DE CONTATO COM SERVIDORES E DE UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AGRAVO NÃO PROVIDO. (...) 3. Em tema de medidas cautelares previstas na legislação processual penal, emergem os pressupostos da necessidade (art. 282, I, do CPP) e da adequação (art. 282, II, do CPP). 4. Presentes os indícios de autoria, prova da materialidade delitiva e a indispensabilidade de se preservar a ordem pública, garantir a aplicação da lei penal ou a conveniência da instrução, é a análise da adequação que guiará o magistrado a decidir, dentre todas, a mais apropriada à preservação desses valores. Por critério de proporcionalidade, as medidas alternativas à prisão, quando suficientes ao escopo processual, precedem àquelas mais severas. 5. Na hipótese, as medidas cautelares decretadas estão lastreadas em circunstâncias objetivas do caso concreto, forte na gravidade das condutas imputadas, no risco de reiteração delitiva, restando claro, ainda, a impossibilidade de retorno da paciente ao cargo público do qual supostamente se valia para a suposta prática de diversos crimes. 6. Revela-se idônea e proporcional a decisão que determinou o afastamento cautelar de cargo público cumulado com a proibição de acesso às dependências do órgão que se encontra vinculada, de contato com servidores e de utilização de serviços, para garantia da ordem pública e para fazer cessar as atividades da suposta organização criminosa quando a atividade pública teria sido o meio utilizado para a prática de graves delitos. Precedentes. 7. Persiste a necessidade e proporcionalidade na imposição das medidas cautelares, em especial o afastamento da função pública, tendo em

PET 15041 / DF

vista fundadas suspeitas sobre o papel de destaque desempenhado na suposta organização criminosa, depreendido no exercício de cargo público, com suposta violação de sigilo funcional e na interferência em investigações. 8. Agravo regimental não provido. (HC 215241 AgR. Órgão julgador: Segunda Turma. Relator(a): Min. EDSON FACHIN. Julgamento: 28/11/2022. Publicação: 13/12/2022) (Grifamos)

245. Diante deste contexto, em que há fortes indícios da prática por ADROALDO DA CUNHA PORTAL e HEITOR SOUZA CUNHA de ilícitos com uma ampla e gravíssima repercussão, impõe-se o deferimento do requerimento de afastamento das funções públicas atualmente ocupadas pelos investigados. Tal medida revela-se fundamental para a efetiva instrução processual e para evitar a potencial continuidade dos delitos. Em relação à ADROALDO especificamente, vale destacar que o afastamento das funções públicas também é corolário da decretação de sua prisão.

246. Em relação especificamente a MARCUS DE BRITO, pelas razões anteriormente apresentadas, ao se analisar o pedido para decretação de sua prisão preventiva, diante da ausência de conexão direta entre o cargo público atualmente ocupado pelo investigado e os atos ora investigados, os quais parecem ter sido praticados durante período no qual ocupara função estratégica dentro da estrutura do INSS –o que não mais se verifica–, entendo não suficientemente demonstrados, neste momento, os requisitos normativos necessários ao acolhimento da medida.

247. O MPF formula pedido de que seja determinada a proibição de se ausentar do país com entrega de passaporte, e de manter contato com outros investigados - ressalvados vínculos familiares ou profissionais - para CRISTIANA ALCÂNTARA ALVES ZAGO, ERIK JANSON VIEIRA MONTEIRO MARINHO, HEITOR SOUZA CUNHA, ADROALDO DA

PET 15041 / DF

CUNHA PORTAL, MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR, ROBERTA LUCHSINGER, DANIELLE MIRANDA FONTELES, VICTOR INFANTE AIELLO e DANIEL ORSINI DE AZEVEDO.

248. Assiste razão ao MPF quanto à sua preocupação de fuga dos investigados do país, bem como de que continuem a praticar ilícitos, o que conduz ao acolhimento do que requerido.

249. Quanto aos investigados a serem atingidos pelas medidas acima, ela deve alcançar não apenas os nomes que foram declinados pelo MPF em seu parecer, mas todos os que estiverem sob monitoração eletrônica e/ou em prisão domiciliar. Assim, é de se impor as medidas de proibição de se ausentar do país com entrega de passaporte, e de manter contato com outros investigados - ressalvados vínculos familiares ou profissionais - para: *(i)* CRISTIANA ALCANTARA ALVES ZAGO ; *(ii)* ERICK JANSON VIEIRA MONTEIRO MARINHO; *(iii)* HEITOR SOUZA CUNHA; *(iv)* ROBERTA LUCHSINGER; *(v)* DANIELLE MIRANDA FONTENELES; *(vi)* MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR; *(vii)* HÉLIO MARCELINO LORENO, *(viii)* VICTOR INFANTE AIELLO; *(ix)* DANIEL ORSINI DE AZEVEDO; *(x)* ADROALDO DA CUNHA PORTAL.

250. No que concerne ao compartilhamento com o INSS de elementos relacionados a MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR e a ALEXANDRE GUIMARÃES, o pleito merece ser acolhido, mormente diante da existência de uma pluralidade de instâncias punitivas. A gravidade dos fatos imputados a esses dois servidores citados pode ensejar, para além da responsabilidade criminal, a necessária responsabilidade disciplinar. Tal circunstância reclama o compartilhamento de documentos e indícios aqui coletados com o INSS, entidade em que ambos exercem suas atividades, a fim de que os ilícitos também sejam apurados no âmbito de procedimentos investigativos na esfera disciplinar.

PET 15041 / DF

251. A Polícia Federal também formula pedido de expedição de ofícios: *(i)* à ANVISA, para instauração de apuração administrativa destinada à verificação de eventuais irregularidades praticadas por servidores públicos no Processo nº 25.351.912833/2022-80, relativo à revisão da RDC nº 327/2019, bem como em outros processos administrativos, cujo interesse seja atribuído às pessoas jurídicas World Cann (CNPJ 50.442.926/0001-05) e Equity Pharma Ltda. (CNPJ 58.948.264/0001-51), *(ii)* à Polícia Civil de São Paulo e ao Ministério Público do Estado de São Paulo, para apuração de eventual irregularidade na contratação da empresa MBR Editora Ltda. (CNPJ 08.532.854/0001-20) pela Prefeitura de Capivari (Ata de Registro de Preços nº 153/2024 – Pregão Eletrônico nº 130/2024) e pela Prefeitura de Boituva (Pregão Presencial nº 35/2023; Contrato LC nº 108/2023). Considerando a elevada probabilidade de prática de crimes e infrações administrativas relacionadas aos fatos acima mencionados que dizem, respectivamente, respeito a atribuições da ANVISA, POLÍCIA CIVIL de SÃO PAULO e MINISTÉRIO PÚBLICO do ESTADO DE SÃO PAULO, defiro a expedição de ofícios, nos termos do dispositivo abaixo.

#### IV. Dispositivo

252. Ante o exposto, com fundamento nos artigos 282, 311 e 312 do Código de Processo Penal e com alicerce em toda fundamentação acima, para garantia da ordem pública, por conveniência da instrução e para assegurar a futura aplicação da lei penal, **DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DOS INVESTIGADOS**: *(i)* ROMEU CARVALHO ANTUNES; *(ii)* THIAGO SCHETTINI BATISTA; *(iii)* DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO; *(iv)* ADELINO RODRIGUES JUNIOR; *(v)* RUBENS OLIVEIRA COSTA; *(vi)* ALEXANDRE CAETANO; *(vii)* MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR; *(viii)* ERIC DOUGLAS MARTINS

PET 15041 / DF

FIDELIS; *(ix)* PAULO GABRIEL NEGREIROS; *(x)* ALEXANDRE GUIMARÃES; *(xi)* RODRIGO MORAES; *(xii)* GUSTAVO MARQUES GASPAR; *(xiii)* ADROALDO DA CUNHA PORTAL,<sup>4</sup> *(xiv)* ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA, *(xv)* SÍLVIO ROBERTO MACHADO FEITOZA; e, *(xvi)* ALDO LUIZ FERREIRA.

253. INDEFIRO o pedido de decretação da prisão preventiva do Senador WEVERTON ROCHA MARQUES DE SOUZA (CPF 629.293.993-68), firme no parecer do MPF e nas razões acima mencionadas.

254. CONVERTO, nos termos do art. 318, II, do CPP e do que requerido pela PF,<sup>5</sup> a prisão preventiva de ADROALDO DA CUNHA PORTAL em PRISÃO DOMICILIAR com sua monitoração eletrônica.

255. DECRETO, nos termos do pedido do MPF, a proibição de ausentar-se do país, com entrega de passaporte, e de manter contato com outros investigados - ressalvados vínculos familiares ou profissionais - para: *(i)* CRISTIANA ALCANTARA ALVES ZAGO ; *(ii)* ERICK JANSON VIEIRA MONTEIRO MARINHO; *(iii)* HEITOR SOUZA CUNHA; *(iv)* ROBERTA LUCHSINGER; *(v)* DANIELLE MIRANDA FONTENELES; *(vi)* MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR; *(vii)* HÉLIO MARCELINO LORENO, *(viii)* VICTOR INFANTE AIELLO; *(ix)* DANIEL ORSINI DE AZEVEDO ; e, *(x)* ADROALDO DA CUNHA PORTAL.

256. DETERMINO, com fundamento no art. 319, IX, do CPP, a monitoração eletrônica dos investigados: (i) CRISTIANA ALCANTARA ALVES ZAGO (CPF 860.821.081-91); (ii) ERICK JANSON VIEIRA

---

<sup>4</sup> Prisão preventiva de ADROALDO DA CUNHA PORTAL foi convertida em domiciliar.

<sup>5</sup> Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (... ) II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;

PET 15041 / DF

MONTEIRO MARINHO (CPF 804.746.833-20); (iii) HEITOR SOUZA CUNHA (CPF 351.994.068-09); (iv) ROBERTA LUCHSINGER (CPF 066.040.366-85); (v) DANIELLE MIRANDA FONTENELES (CPF 512.936.171-72); (vi) MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR (CPF 028.008.824-84); (vii) HÉLIO MARCELINO LORENO; e, (viii) ADROALDO DA CUNHA PORTAL.

257. Os investigados acima submetidos à monitoração eletrônica deverão observar as seguintes regras e deveres:

(i) Ficam proibidos de se ausentar dos limites territoriais do município em que residem.

(ii) Devem entrar imediatamente em contato com o centro de monitoramento, caso tenham de sair do perímetro estipulado, em virtude de uma situação emergencial, tal como doença própria ou de familiar sob sua responsabilidade, ameaça concreta de morte, inundação, incêndio ou outra situação emergencial, imprevisível e inevitável. Nessas hipóteses, os investigados deverão apresentar ao centro de monitoração o respectivo comprovante no prazo de 24 horas após o evento.

(iii) O pedido excepcional de afastamento do investigado do município em que reside deve ser dirigido a este relator para apreciação em situações pontuais de tratamento de saúde, comparecimento a atos processuais ou outras razões justificáveis que sejam devidamente comprovadas.

(iv) Eventual mudança de endereço de residência do investigado dentro do mesmo município em que já reside deve ser previamente comunicada ao centro de monitoração do investigado e também nos autos. Se a mudança de endereço de residência for para outro município, ela deverá ser precedida de autorização judicial nestes autos.

PET 15041 / DF

(v) Ficam proibidos de se comunicar, presencial ou remotamente, entre si e, também, com os demais investigados no âmbito da “Operação Sem Desconto”, o que inclui a necessidade de haver distância mínima entre os investigados monitorados, correspondente a cinquenta metros, ressalvada a situação específica de familiares.

(vi) Devem manter atualizados um número de celular ativo de uso próprio e um número de celular adicional de um contato para fornecê-los ao respectivo centro de monitoração.

(vii) Ficam obrigados a recarregar a tornozeleira eletrônica, conforme orientação do centro de monitoração, mantendo-a ativa ininterruptamente.

(viii) Ficam obrigados a receber visitas da equipe de fiscalização da monitoração eletrônica, a responder prontamente a seus contatos e a cumprir as orientações que lhe forem transmitidas.

(ix) Não podem realizar qualquer comportamento que afete o normal funcionamento da monitoração eletrônica, e nem mesmo permitir que outros façam.

(x) Não podem remover, tentar remover, violar, modificar ou danificar a tornozeleira eletrônica, e, nem mesmo, permitir que outros façam.

(xi) Devem comunicar imediatamente à central de monitoração na hipótese de ocorrência de qualquer falha no equipamento de monitoração eletrônica.

(xii) Devem comunicar imediatamente à central de monitoração acerca de qualquer fato que impeça o cumprimento dos deveres impostos, em virtude da monitoração eletrônica.

(xiii) Devem dirigir-se à central de monitoração para a retirada da tornozeleira eletrônica quando tal providência for determinada nestes autos.

(xiv) Não podem ter acesso a sedes empresariais, *call centers* ou escritórios das empresas que estão sendo investigadas no âmbito da

PET 15041 / DF

“Operação Sem Desconto”.

258. Os relatórios de acompanhamento da monitoração eletrônica deverão ser enviados mensalmente pelos centrais de monitoração à equipe da Polícia Federal em Brasília com atuação específica no caso da “Operação Sem Desconto”. Esta última concentrará as informações recebidas relativas aos investigados e, se for o caso, comunicará nestes autos unicamente as hipóteses de descumprimento significativo e reiterado dos deveres impostos que justifiquem a reavaliação da medida judicial adotada.

259. **DETERMINO**, com fundamento no art. 319, III e VI, do CPP, a **suspensão das funções públicas desempenhadas por ADROALDO DA CUNHA PORTAL no Ministério da Previdência e por HEITOR SOUZA CUNHA no grupo econômico da Caixa Econômica Federal**. Referidos investigados também ficam proibidos de ter acesso às dependências e de manter contato com servidores dos seus respectivos órgãos. Essas restrições subsistirão pelo prazo necessário à instrução plena das investigações realizadas no âmbito da “Operação Sem Desconto”.

260. **INDEFIRO**, pelas razões expostas ao longo desta decisão, o pedido de suspensão das funções públicas desempenhadas por MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR como Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

261. **DETERMINO o compartilhamento com o INSS** dos elementos informativos levantados nestes autos em desfavor de: **(i)** MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR, para apuração disciplinar de suas condutas enquanto exercia o cargo de Superintendente do INSS no Nordeste; **(ii)** ALEXANDRE GUIMARÃES, para apuração disciplinar de suas condutas enquanto exercia o cargo de Diretor da citada Autarquia; e, **(iii)** ANDRÉ PAULO FÉLIX FIDÉLIS, para apuração disciplinar de suas condutas enquanto exercia funções de confiança no INSS.

PET 15041 / DF

262. **DETERMINO o compartilhamento com a Procuradoria-Geral Federal da Advocacia-Geral da União** dos elementos informativos levantados nestes autos em desfavor de: *(i)* VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO, para apuração disciplinar de suas condutas enquanto exercia funções de confiança no INSS; e *(ii)* ALESSANDRO STEFANUTTO, para apuração disciplinar de suas condutas enquanto exercia funções de confiança no INSS; em razão do cargo público efetivo ocupado por ambos os investigados.

263. **DETERMINO o compartilhamento com a Caixa Econômica Federal** dos elementos informativos levantados em desfavor de HEITOR SOUZA CUNHA, para apuração disciplinar de suas condutas enquanto exercia o cargo de Diretor Executivo da Caixa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (CAIXA DTVM).

264. **DEFIRO o pedido formulado pela PF, com os ajustes sugeridos no parecer favorável do MPE, de instauração de inquéritos policiais** voltados às associações vinculadas a Antônio Camilo, Domingos Sávio de Castro e Hélio Marcelino Loreno, bem como ao esquema estruturado no âmbito da Caixa, com a permanência inicial dessas frentes investigativas na jurisdição do Supremo Tribunal Federal, diante de menções que sugerem possível envolvimento de parlamentar detentor de foro por prerrogativa de função.

### **Da operacionalização das prisões preventivas**

265. Os mandados de prisão deverão ser cumpridos de maneira serena, respeitosa e discreta, sem qualquer espetacularização, tal como corretamente se verificou na atuação da Polícia Federal nas ocasiões anteriores relacionadas à “Operação Sem Desconto”, devendo ser observados todos os direitos constitucionais dos investigados e, em especial, o teor da Súmula Vinculante nº 11 desta Corte.

**PET 15041 / DF**

266. Em relação aos investigados que comprovarem a condição de advogado, deverá ser observada a disposição do art. 7º, V, da Lei nº 8.906/1994. Além disso, no ato da prisão, as autoridades deverão também providenciar a comunicação à respectiva seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

267. Uma vez efetivadas as prisões, os investigados deverão ser apresentados para audiências de custódia em até 24h, a serem conduzidas perante o Juízo Federal da Subseção Judiciária com competência sobre o território em que os investigados se encontrarem custodiados, independentemente de expedição de carta de ordem, mediante ajuste direto e apresentação da autoridade policial.

268. O magistrado que presidir a audiência de custódia terá delegação para atuar exclusivamente no que concerne à verificação do preenchimento dos requisitos estritamente formais da prisão e do tratamento conferido ao preso, mas não para rever os requisitos que levaram à sua decretação e nem mesmo para decidir em sentido contrário à manutenção da custódia. Na hipótese de o magistrado que atuar por delegação na audiência de custódia entender que há alguma irregularidade na forma como a prisão foi materialmente executada ou em relação ao tratamento conferido ao preso, S. Excelência deverá enviar informação acerca da situação específica a este relator nos autos deste mesmo processo. Qualquer decisão de soltura por irregularidade na execução da custódia só poderá ser tomada pelo relator deste processo.

269. A prisão preventiva deverá ser cumprida em estabelecimento compatível com a condição pessoal dos investigados, assegurando-lhes todas as garantias constitucionais, inclusive o direito à integridade física e moral, à assistência de advogado e às visitas de familiares, observadas as restrições de segurança.

PET 15041 / DF

## **Da operacionalização das medidas de monitoração eletrônica**

270. Expeçam-se, **COM URGÊNCIA**, ofícios a cada uma das Polícias Penais e/ou Tribunais competentes pela monitoração eletrônica em cada localidade dos oito investigados acima mencionados com cópia desta decisão, que terá força de Mandado de Monitoração Eletrônica.

## **Da operacionalização das medidas de afastamento das funções públicas**

271. **Oficie-se ao Ministro de Estado da Previdência Social** com cópia desta decisão e com a determinação a ser cumprida de suspensão imediata das funções públicas desempenhadas por ADROALDO DA CUNHA PORTAL (CPF 648.225.400-49) no Ministério da Previdência Social. Referido investigado também fica proibido de ter acesso às dependências do Ministério da Previdência Social e de manter contato com os seus servidores, comissionados e terceirizados. Essas restrições subsistirão pelo prazo necessário à instrução plena das investigações realizadas no âmbito da “Operação Sem Desconto”, ainda que eventualmente a prisão decretada nesta decisão não mais subsista.

272. **Oficie-se à Presidência da Caixa Econômica Federal** com cópia desta decisão para apuração disciplinar das condutas desempenhadas por HEITOR SOUZA CUNHA enquanto exercia o cargo de Diretor Executivo da Caixa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (CAIXA DTVM), bem como com a determinação a ser cumprida de suspensão imediata das funções públicas desempenhadas por HEITOR SOUZA CUNHA no grupo econômico da Caixa Econômica Federal. Referido investigado também fica proibido de ter acesso às dependências de instituições integrantes do referido grupo econômico e de manter contato com os seus agentes públicos e terceirizados. Essas restrições subsistirão pelo prazo necessário à instrução plena das

PET 15041 / DF

investigações realizadas no âmbito da “Operação Sem Desconto”.

273. **Oficie-se à Presidência do INSS** com cópia desta decisão, da representação da autoridade policial, e do parecer do Ministério Público Federal, a fim de viabilizar o compartilhamento dos elementos informativos levantados nestes autos em desfavor de: *(i)* MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR, para apuração disciplinar de suas condutas enquanto exercia o cargo de Superintendente do INSS no Nordeste; *(ii)* ALEXANDRE GUIMARÃES, para apuração disciplinar de suas condutas enquanto exercia o cargo de Diretor da citada Autarquia; e *(iii)* ANDRÉ PAULO FÉLIX FIDÉLIS, para apuração disciplinar de suas condutas enquanto exercia funções de confiança no INSS.

274. **Oficie-se à Procuradoria-Geral Federal da Advocacia-Geral da União** com cópia desta decisão, da representação da autoridade policial, e do parecer do Ministério Público Federal, a fim de viabilizar o compartilhamento dos elementos informativos levantados nestes autos em desfavor de: *(i)* VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO, para apuração disciplinar de suas condutas enquanto exercia funções de confiança no INSS; e *(ii)* ALESSANDRO STEFANUTTO, para apuração disciplinar de suas condutas enquanto exercia funções de confiança no INSS; em razão do cargo público efetivo ocupado por ambos os investigados.

275. O INSS e a PGF/AGU deverão informar nestes autos as providências adotadas em relação ao caso no prazo de seis meses a contar do recebimento de sua intimação por ofício.

276. **Expeça-se ofício à Controladoria-Geral da União (CGU)** com cópia desta decisão, da representação da autoridade policial, e do parecer do Ministério Público Federal, para que referida instituição possa proceder à instauração de apuração administrativa destinada à verificação de eventuais irregularidades praticadas por servidores públicos no Processo nº 25.351.912833/2022-80, relativo à revisão da RDC

PET 15041 / DF

nº 327/2019, bem como em outros processos administrativos, cujo interesse seja atribuído às pessoas jurídicas World Cann (CNPJ 50.442.926/0001-05) e Equity Pharma Ltda. (CNPJ 58.948.264/0001-51).

277. A CGU deverá informar nestes autos as providências adotadas em relação ao caso no prazo de seis meses a contar do recebimento de sua intimação por ofício.

278. **Expeça-se ofício à Polícia Civil de São Paulo e ao Ministério Público do Estado de São Paulo** com cópia desta decisão, da representação da autoridade policial, e do parecer do Ministério Público Federal, para apuração de eventual irregularidade na contratação da empresa MBR Editora Ltda. (CNPJ 08.532.854/0001-20) pela Prefeitura de Capivari (Ata de Registro de Preços nº 153/2024 – Pregão Eletrônico nº 130/2024) e pela Prefeitura de Boituva (Pregão Presencial nº 35/2023; Contrato LC nº 108/2023).

279. A POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO E O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO deverão informar nestes autos as providências adotadas em relação ao caso no prazo de seis meses a contar do recebimento de sua respectiva intimação por ofício.

280. Expeçam-se os competentes mandados, com urgência e observando-se o caráter estritamente sigiloso.

281. Dê-se ciência à autoridade policial que oficia neste feito para as providências cabíveis para a efetivação das medidas cautelares deferidas e todas as providências materiais no âmbito de sus atribuições.

282. Após as expedições dos mandados, dê-se ciência à Procuradoria-Geral da República.

283. **Após o cumprimento das medidas de prisão e demais medidas judiciais ora deferidas:** (i) intimem-se as defesas constituídas; (ii) dê-se publicidade à presente decisão; (iii) fica deferida a concessão de

**PET 15041 / DF**

vista temporária aos advogados habilitados no sistema que, na qualidade de defensores dos investigados nestes autos, vierem a formular tal requerimento.

Cumpra-se.

Int.

Brasília, 16 de dezembro de 2025.

Ministro ANDRÉ MENDONÇA

Relator

*Documento assinado digitalmente*